

análise de imprensa

Rus

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Documento recebido em 19 DEZ 1979

Distribuído em 19 DEZ 1979

do envelope n.º 19.DEZ79 00170

para a reunião ordinária de

Jornais de 12
a 18 DEZ. 79IMPrensa NACIONAL

Com resultados ainda incompletos, e na ausência dos jornais partidários que são publicados na segunda metade da semana, as eleições autárquicas não são objecto de comentários muito detalhados. O presente boletim, à semelhança do que foi elaborado logo após as intercalares, limita-se às primeiras reacções da Imprensa, aos últimos números conhecidos e a um ou outro caso que entretanto chamou as atenções (referências ao Presidente, temas militares, a questão dos mísseis NATO).

1. AUTÁRQUICAS - ALGUMAS CONFIRMAÇÕES

Os resultados apresentam-se como um sublinhado às tendências do eleitorado já reveladas no dia 2. A Imprensa afecta à AD recebe-os com reite-
rado entusiasmo ; a que fica próxima da oposição de esquerda tenta minimizar as perdas, chamando a atenção para determinados êxitos concretos.

Assim, os títulos principais de seg.17 são significativos : "UMA AVALANCHE" toma toda a largura de "O Dia", que salienta o facto de a AD estar "ainda mais forte duas semanas depois das legislativas", e o de os municípios de Lisboa, Porto e Coimbra serem agora presididos pela Aliança Democrática ; "A Tarde" titulava "Grande vitória da AD", acrescentando que os portugueses "confirmaram desejo de mudança" expresso duas semanas antes.

No mesmo dia, "O Diário" citava, dos resultados sabidos às 4 e 30 da madrugada, que "APU GANHOU 50 CÂMARAS" ; na ter.18 reforça esta nota - "Mais de um milhão de votos e 50 municípios - APU PASSA BARREIRA DOS 20 % !" Os textos sublinham que a maioria dos votos continua a estar com a APU e o PS. O "Diário de Lisboa" de 17 mostrava-se, no entanto, menos entusiasmado, lembrando que "abstenção fustiga a esquerda" e escolhendo significativamente, para título a toda a largura : "Vereações não compensam derrota nas Câmaras".

"Portugal Hoje", que na seg.17 dava toda a largura da 1ª pág. ao facto da "Maior abstenção nas eleições autárquicas", na sua edição do dia seguinte contabiliza os resultados conhecidos às 17 e 40 da véspera para fazer o título principal - "PS à frente nos mandatos para juntas de freguesia" (o texto reconhece, no entanto, que se o PS somava 10 785 mandatos, e a AD 10 342, o PSD sozinho tinha mais 9 591 ... sem referir o CDS).



análise de imprensa

O "Diário de Lisboa" de seg.17 publica um documento curioso, que segue, quase na íntegra, entre os recortes fotocopiados : uma entrevista com o padre Mário dos Anjos, de S.Bento (Alcanena), que identifica o PDC como o "Partido da Igreja" e faz referência à campanha do Movimento Cristão Pró - Voto".

Voltando aos textos de opinião da Imprensa próxima do PCP e do PS, é também de assinalar que o Governo ainda em funções é alvo de severas críticas tanto no "Diário" de 18 (a propósito da posição assumida em Bruxelas na questão dos mísseis) como no "Portugal Hoje" da mesma data ("MNE entregou à sua sorte 20 mil emigrantes em França").

2. OUTROS TEMAS

Seguem nos recortes, sem desenvolvimento especial, notícias sobre outros temas : referências ao CR, eleições nos conselhos das armas, referências ao Presidente (nomeadamente a reportagem do julgamento do caricaturista Cid, feita pelo "Dia" e pelo "Diabo") e casos controversos nos meios de Comunicação Social.

SACR, 18 DEZ.79
SECRETARIO PERMANENTE
CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Ruiz

Fundação Cuidar o Futuro





Câmaras Municipais



Assembleias Municipais

Inscritos: 6 642 143; votantes: 4 900 377 (73,8 %); brancos: 66 183 (1,4 %); nulos: 75 140 (1,5 %)

Partidos	Votos	%	Mandatos	Presidentes
PS	1 349 931	27,6	513	57
AD	1 270 199	25,9	434	73
APU	991 993	20,2	314	49
PSD	717 499	14,6	476	102
CDS	339 294	6,9	164	20
UDP	62 851	1,3	3	0
PCTP/MRPP	23 374	0,5	0	0
PDC	6 616	0,1	2	0
PPM	6 162	0,1	6	1
UEDS	1 528	0,0	0	0
POUS	273	0,0	0	0

Inscritos: 6 642 143; votantes: 4 899 870 (73,8 %); brancos: 50 828 (1,0 %); nulos: 79 322 (1,6 %)

Partidos	Votos	%	Mandatos
PS	1 329 802	27,1	2 699
AD	1 282 510	26,2	2 177
APU	1 012 299	20,7	1 746
PSD	737 643	15,1	2 235
CDS	340 742	6,3	857
UDP	66 655	1,4	58
PCTP/MRPP	12 711	0,3	0
PPM	5 514	0,1	26
UEDS	757	0,0	3
PDC	421	0,0	0

Estes resultados provisórios referem-se às 19 e 57 de ontem, quando encerrou o escrutínio realizado pelo Centro de Informática do Ministério da Justiça, e quando faltava apurar os números referentes a seis concelhos e a 39 freguesias

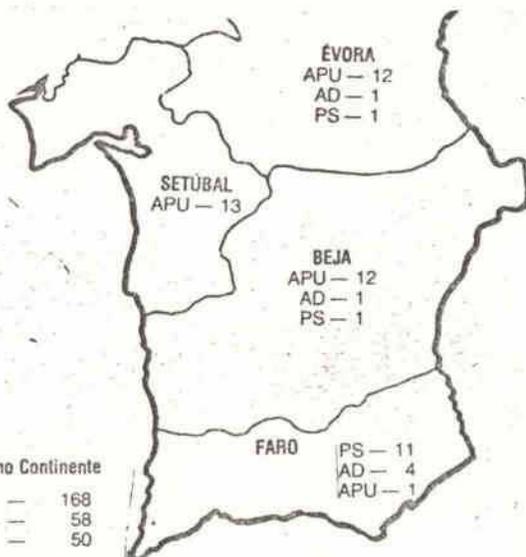
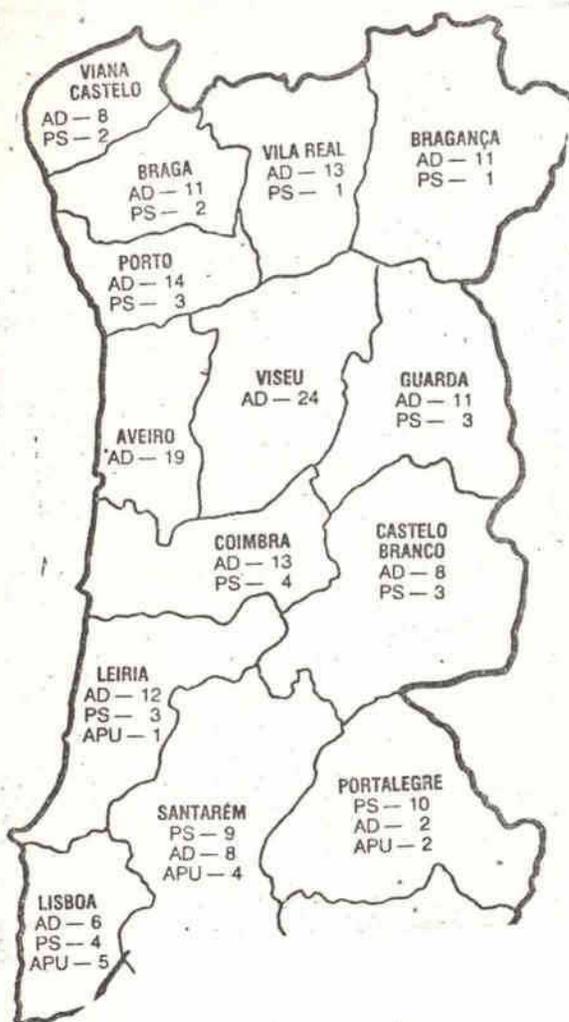


Fundação Cuidar do Futuro de Freguesia

Inscritos: 6 642 143; votantes: 4 859 200 (73,2 %); brancos: 59 368 (1,2 %); nulos: 77 569 (1,6 %)

Partidos	Votos	%	Mandatos	Presidentes
PS	1 315 584	27,1	10 878	806
AD	1 235 458	25,4	10 364	1 044
APU	1 003 738	20,7	5 007	292
PSD	741 313	15,3	9 637	1 065
CDS	312 810	6,4	4 260	389
Grupos				
Cidadãos	48 397	1,0	701	75
UDP	48 348	1,0	56	1
PCTP/MRPP	7 999	0,2	3	0
PPM	4 953	0,1	78	8
PDC	2 347	0,0	25	1
UEDS	605	0,0	2	0
POUS	711	0,0	1	0
MES	0	0,0	0	0





Total no Continente

AD — 168
PS — 58
APU — 50

* AD — Foram consideradas as Câmaras ganhas pela AD pelo PSD, CDS e PPM isoladamente.

CDS satisfeito com os resultados

"O povo português voltou a demonstrar um alto espírito de civismo e de participação democrática", enquanto "a Aliança Democrática e os partidos que a integram registaram mais uma notável vitória que consagra e confirma a viragem histórica de 2 de Dezembro" — assinalava



ontem a comissão directiva do CDS, em comunicado distribuído sobre a reunião que também ontem realizou e em que "fez uma primeira apreciação das eleições locais e dos seus resultados".

No mesmo documento, a comissão directiva centrista regista, por outro lado, que "o substancial aumento de mandatos alcançados pelo CDS em todos os órgãos autárquicos, quer concorrendo independentemente, quer em listas da AD ou do PSD, em número duplo dos mandatos alcançados pela APU e próximos dos obtidos pelo PS, constitui motivo especial de congratulação partidária".

E conclui-se: "Os eleitos do CDS respeitarão, porém, em todas as instâncias, o espírito novo que a Aliança Democrática veio trazer aos portugueses". Mas também o secretariado nacional do MCDS tomou ontem posição sobre os resultados nacionais das últimas eleições, dizendo orgulhar-se "pelo entusiasmo, dedicação e militância que as mulheres democratas-cristãs de todo o País demonstraram nestas duas campanhas eleitorais de tanta relevância para a consolidação da democracia em Portugal".

Resultados globais às 20 horas de ontem

Fundação Cuidar o Futuro

o diário 18 Dezembro 1979

Faltavam apenas 12 freguesias

PARTIDOS OU ALIANÇAS	NÚMERO DE VOTOS						MANDATOS			
	ASS. DE FREGUESIA		ASS. MUNICIPAL		CAMÂRA MUNICIPAL	ASS. DE FREGUESIA	PRESIDENTES CAMÃRAS	VEREADORES		
		%		%				1979	1976	
AD	1.235.453	25,4	1.282.510	26,2	1.270.199	25,9	10.364	73	434	—
PSD	741.313	15,3	737.643	15,1	717.499	14,6	9.637	102	476	623
CDS	312.810	6,4	310.742	6,3	339.294	6,9	4.260	20	164	317
PPM	4.953	0,1	5.514	0,1	6.162	0,1	78	1	6	2
APU	1.003.738	20,7	1.012.299	20,7	991.993	20,2	5.007	50	314	267
PCTP/MRPP	7.999	0,2	12.711	0,3	23.374	0,5	3	—	—	—
PDC	2.347	0,0	421	0,0	6.616	0,1	25	—	2	—
POUS	711	0,0	—	—	273	0,0	1	—	—	—
PS	1.315.584	27,9	1.329.802	27,1	1.349.937	27,6	10.878	57	513	691
UDP	48.348	1,0	66.655	1,4	62.851	1,3	56	—	3	5
UEDS	605	0,0	757	0,0	1.528	0,0	2	—	—	—
GRUPO DE CIDADÃOS INDEPENDENTES	48.397	1,0	—	—	—	—	701	—	—	—

MILHÃO DE VOTOS E 50 MUNICÍPIOS

MAIS DE UM

APU PASSA BARREIRA DOS 20%!



REGISTO

A GRANDE ARRANCADA DA APU

A gritaria triunfalista da direita não consegue esconder as proporções da vitória da APU e o seu significado político e social.

1. O Povo Unido conquistou 50 Câmaras, com a peculiaridade de que estão concentradas numa área homogénea, uma mancha contínua de 25 347 km², ou seja 28,5 por cento da superfície total do Continente. Passou a barreira dos 20 por cento (20,5).

2. Em Lisboa, o Povo Unido ultrapassou em número de votos e em mandatos para a Assembleia Municipal o PS e apresentaria igualmente um total de votos superior ao obtido pelo PPD e pelo CDS se aqueles partidos houvessem concorrido separados.

3. Nas zonas industriais, que geram cerca de 60 a 70 por cento do produto nacional bruto, e são, culturalmente, as mais avançadas do País, as forças democráticas são amplamente maioritárias. É de sublinhar a votação impressionante de Setúbal no Povo Unido. Todas as Câmaras têm agora ali presidentes APU (com maioria absoluta, à excepção de uma). Nos dois grandes municípios da cintura de Lisboa, a Amadora e Loures, o Povo Unido venceu também.

4. As populações da zona da Reforma Agrária votaram também maciçamente no Povo Unido, a confirmar o seu apoio à política do Partido Comunista Português, baluarte na defesa daquela conquista fundamental da Revolução.

5. Apesar do elevado número de Câmaras e mandatos obtidos, a direita, pela segunda vez em 15 dias, recebeu menos votos do que as forças democráticas consideradas conjuntamente.

● APU E PS VOLTAM A TER MAIORIA DE VOTOS

A Aliança Povo Unido (APU) ultrapassou o milhão de votos tanto nas eleições para as Assembleias Municipais como para as Câmaras Municipais, de acordo com os resultados finais provisórios obtidos pelo Centro de Informática do Ministério da Justiça. Para os órgãos executivos o "Povo Unido" obteve 20,5% dos votos e para os órgãos deliberativos 20,9%.

O escrutínio provisório divulgado pelo Ministério da Comunicação Social pouco depois da meia-noite, permite também concluir que nas eleições de domingo a soma das votações da APU e do PS foi superior à obtida pelos partidos que integram a "AD". Para as assembleias municipais, enquanto as forças democráticas somaram 48,1% dos votos, a direita (AD, PSD, CDS E PPM) não foi além de 47,3%; para as câmaras municipais, APU e PS alcançaram 48,2% e as forças de direita 47,2%.

As percentagens finais provisórias para as assembleias municipais são as seguintes: PS-27,2%; APU-20,9%; AD-25,8%; PPD/PSD-15,1%; CDS-6,3%; PPM-0,1%; UDP-1,4%; PCTP/MRPP-0,3%; PDC-0,0%; UEDS-0,0%. Para as câmaras municipais, os valores finais são: PS-27,7%; APU-20,9%; AD-25,5%; PPD/PSD-14,7%; CDS-6,9%; PPM-0,1%; UDP-1,3%; PCTP/MRPP-0,5%; PDC-0,1%; UEDS-0,0%; POUS-0,0%.

Estes números revelam que o povo português, à semelhança do passado dia 2, votou maioritariamente nas forças democráticas. A APU ganhou também 50 presidências de municípios, incluindo alguns dos mais populosos do país, como Amadora, Loures, Setúbal e Almada.

Número de votos da esquerda é superior ao da direita

— salienta MDP/CDE

Para o MDP/CDE, a «mais importante conclusão» a retirar das eleições autárquicas é o facto de, como nas intercalares, o número de votos alcançados pela esquerda ser superior ao dos que obtiveram o PPD e o CDS, isolados ou coligados na «AD».

Nun comunicado do seu Secretariado Nacional, o MDP assinala que «mais uma vez se demonstra que a maioria dos portugueses não está de acordo com os projectos dos partidos da Aliança Democrática e continua a defender a sociedade democrática saída do 25 de Abril.»

Quanto à APU, refere-se no comunicado, «continua-se

a registar a sua subida em relação às eleições autárquicas de 1976, tendo aumentado de 17,69 para mais de 20%, e mesmo em relação às intercalares realizadas há quinze dias, onde tinha obtido cerca de 19%. Quer isto dizer que prossegue o grande crescimento da APU como plataforma cada vez mais ampla de democratas de diferentes correntes que vêm na Aliança Povo Unido a mais firme garantia de defesa contra as ameaças reacçãoárias e da construção da democracia».

Destaca o MDP casos onde a APU elegeu pela primeira vez elementos para órgãos autár-

quicos, como no distrito da Guarda onde a APU elegeu o seu primeiro vereador para as Câmaras de Pinhel e Manteigas. Ainda no distrito da Guarda, no concelho do Sabugal, a APU ganhou em Casteleiro, uma freguesia «onde nem sequer tinha concorrido em 1976».

«Abrem-se agora — conclui o Secretariado Nacional do MDP — muito mais amplas possibilidades à APU de gerir ou influenciar a actuação dos órgãos do Poder Local, de acordo com os interesses e com a participação das populações e segundo os objectivos mais importantes da nossa democracia.»

o diário

PS perdeu sete câmaras no distrito do Porto

PORTO (da nossa delegação) - Apurados os resultados totais das votações de antemão para os órgãos autárquicos do Distrito do Porto, ressalta, como evidência imediata, a perda pelo Partido Socialista de sete das 10 Câmaras Municipais cuja presidência possuía desde 1976. A APU, no concelho do Porto, deverá ter uma percentagem de votação da ordem dos 19 por cento, o que representa um aumento substancial em relação aos 14,24 por cento obtidos na eleição de 1976 para a Assembleia Municipal. A AD obteve a maioria absoluta na CM e AM do Porto. A APU passou de um para dois mandatos na CM de Gaia.

Antes das eleições do passado domingo, o PS era maioritário em 10 Câmaras, o PPD em cinco e o CDS em duas. Após os novos resultados, a AD detém 10 presidências, o PS três, o CDS duas e o PPD duas.

A Aliança de direita conseguiu maioria absoluta nos concelhos de Lousada, Marco de Canavezes, Penafiel, e Porto, e maioria simples em Baião, Gondomar, Maia, Sto. Tirso, Valongo e Gaia. Se compararmos os votos expressos antemão com os do passado dia 2, verificamos que a "AD", ou os partidos que a compõem, conseguiram aumentar a votação, embora ligeiramente, em Vila do Conde, Paredes, Paços de Ferreira e Baião.

PPD e CDS alcançaram maiorias em dois concelhos cada, ou seja, os quatro em que concorreram isolados. As maiorias do CDS em Paredes e Póvoa de Varzim são simples, enquanto o PPD tem uma maioria absoluta em Paços de Ferreira e uma maioria absoluta em Amarante.

O PS manteve a posição maioritária em Matosinhos,

Felgueiras e Vila do Conde. Dos 17 concelhos do distrito, a maioria democrática está em condições de funcionar em Baião, Felgueiras, Gondomar, Maia, Matosinhos, Sto. Tirso, Valongo, Vila do Conde e Gaia.

Em termos de mandatos para as Câmaras Municipais, a aliança de direita tem 56, o PS 51, o PPD 12, a APU 9 e o CDS 9. A flutuação de vereadores, mais fácil de observar no PS e APU, indica uma grande diminuição daquele partido e a estabilização do Povo Unido. A perda de um representante na CM de Sto. Tirso correspondeu à eleição de um segundo elemento da APU para a CM de Gaia.

Tomando ainda como ponto de referência as eleições para a Assembleia da República do dia dois deste mês, temos que o PS aumentou os votos apenas em Penafiel e a APU em Vila do Conde, Marco de Canavezes, Lousada e Amarante.

O CONCELHO DO PORTO

O concelho do Porto tem 15 freguesias, das quais 14 terão presidência "AD", e uma, a de S. Nicolau, conserva maioria PS. É, afinal, a inversão dos resultados de 1976, que proporcionaram ao Partido Socialista uma representação maioritária em 14 freguesias e uma ao PPD, em Nevogilde.

Não causou surpresa a maioria absoluta da "AD" na CM do Porto. A coligação de direita alcançou 94544 votos, correspondentes a 48,7 por cento da votação. O resultado destes números é a presidência da CM e mais seis vereadores, contra 4 do PS e dois da APU.

Na Assembleia Municipal, estarão 33 representantes da "AD", 20 do PS, 11 da APU e um da UDP

Distrito de Lisboa: APU ganha 4 câmaras e 6 freguesias da capital

● Queda do PS permite maioria de direita na CML

No distrito de Lisboa os dois factos mais significativos destas eleições para as autarquias vieram confirmar a tendência que se tinha verificado 15 dias antes: o PS é afastado como força maioritária nos grandes centros populacionais e a Aliança Povo Unido sobe em todo o lado, confirmando a sua grande implantação na cintura industrial da capital.

Ao nível das freguesias, a APU passou de uma posição maioritária em 19 para a conquista de 49, um aumento de 256 por cento. De sublinhar que a APU, pela primeira vez ganhou em freguesias de Lisboa (6).

A conquista pela Aliança Reaccionária da Câmara de Lisboa era esperada depois da queda quase vertical do PS nas intercalares. O PS voltou a cair no concelho da capital, sendo ultrapassado pela APU. Os

esquerdistas da UDP voltaram a prestar o serviço que a direita deles espera, impedindo com a sua diminuta votação em Lisboa que a Câmara Municipal tivesse uma maioria democrática.

De grande importância foi a conquista pela APU dos concelhos da Amadora (o terceiro maior do País), de Loures, da Azambuja e de Sobral de Monte Agraço (ganhos ao PS), além da confirmação em Vila Franca de Xira.

Afastado das grandes zonas urbanas, o PS perdeu todas as freguesias em que era maioritário na cidade de Lisboa, com a excepção do Castelo, onde beneficiou de um acordo com a direita para evitar a vitória do Povo Unido.

Na globalidade, o distrito da capital votou democrático, dando uma clara maioria à APU e ao PS.

Diário de Lisboa

Segunda-feira, 17 de Dezembro de 1979

As abstenções atingiram, desta vez, duramente a esquerda. Mais do que os partidos da direita, isoladamente ou na coligação eleitoral AD. Com efeito mais de 440 000 votos que até ao fim da manhã tinham sido perdidos pela direita, relativamente aos resultados registados no dia 2 de Dezembro, não encontraram qualquer compensação nos sufrágios recolhidos pela esquerda. Isto porque a APU, aumentando embora em relação à votação obtida em 1976, perdeu, nas abstenções, 189 875 votos.

E o PS, que perdeu, no processo de abstenção, mais de 360 mil votos, viu ainda a situação agravada por uma baixa sensível em relação à votação de 1976: mais de 125 mil votos perdidos. Ao fim da manhã, a percentagem de abstenções ia dos 26,9% na votação para a Assembleia de Freguesia aos 26,3% na referente às Assembleias e Câmaras Municipais.

Ao mesmo tempo, o número de vereações obtido pelos partidos e forças de esquerda não parece compensar o número de câmaras que a direita ganha.



Às 17 e 40 de ontem, o Partido Socialista detinha a maioria nas Assembleias de Freguesia, com 10 785 mandatos, logo seguido da Aliança Democrática com 10 342 mandatos, do PSD com 9591 e da APU com 4906.

De realçar nas eleições para as Assembleias de Freguesia que as listas compostas por grupos de cidadãos obtiveram 701 mandatos e 75 presidências de Juntas de Freguesias.

Estes dados que se referem a

4042 freguesias revelam ainda a existência de uma percentagem relativamente elevada de abstenções em relação às eleições intercalares: 26%.

No que respeita às Câmaras Municipais, a AD mais o PSD/CDS/PPM tinham 1067 vereadores eleitos, seguindo-se o PS com 505, a APU com 308, a UDP com 3 e o PDC com 2.

No que respeita às percentagens de votos obtidos pelos partidos e coligações concorrentes a estas

eleições verifica-se uma estabilidade em relação às intercalares: AD ronda os 47%, o PS os 27,5% e a APU os 20%.

Estas eleições confirmaram em larga medida os resultados de 2 de Dezembro, nomeadamente as deslocções do eleitorado, registadas nos grandes centros populacionais. No entanto, verificaram-se algumas alterações de sentido inverso em certas zonas do interior, como foi o caso de Braga e Guarda, onde o PS surpreendente-

mente conseguiu manter as presidências das Câmaras.

Em relação a estas registre-se que a AD ganhou 196 Municípios, o PS 59 e a APU 50.

Os resultados totais ainda não são conhecidos, esperando-se, todavia, que hoje ao fim do dia tal já se verifique. Segundo declarações prestadas ao nosso jornal pelo dr. Mateus Roque, do STAPE, quer o acto eleitoral quer o processamento de dados decorreram na maior normalidade.

PS à frente nos mandatos para juntas de freguesia

Portugal HOJE

18 de Dezembro de 1979



PAISES ÁRABES E A VITÓRIA DA AD

18.12.79 Cm

PO
Café
e Trindade

O resultado das últimas eleições intercalares em Portugal e a vitória da Aliança Democrática (AD) têm sido motivo de largo noticiário e comentários em emissoras e jornais árabes. A personalidade de Sá Carneiro recebeu igualmente comentário na Arábia Saudita e nalgumas emissoras dos países árabes do Magrebe.

Enquanto os países árabes considerados radicais se limitaram a transmitir ou a publicar notícias recebidas através das agências internacionais, as emissoras de Marrocos, Tunísia e Egipto e os jornais da Tunísia e Arábia Saudita teceram largas considerações sobre os resultados eleitorais em Portugal que deram a vitória à AD.

Recentemente em Lisboa dirigentes do PSD, parceiro maioritário da AD, estabeleceram contactos com líderes políticos do Partido Istiqlal de Marrocos, da Frente de Libertação Nacional da Argélia, do Partido Socialista Desturiano da Tunísia e os ministros dos Assuntos Religiosos da Jordânia e dos Assuntos Locais do Iraque.

O jornal diário saudita «Al Medina» (em língua árabe) utilizando-se do «slogan» da AD «Portugal vai mudar» para título de notícia, precisa que «a Aliança Democrática reúne chefes políticos de envergadura conscientes da realidade portuguesa».

Depois de sublinhar que «há muito que Portugal devia mudar» acrescenta o jornal saudita que «Sá Carneiro, que deverá ser o chefe do Governo de Lisboa, tem consciência da situação real do seu país e soube dizer várias vezes não às demagogias contrárias ao progresso do seu país».

O diário tunisino «Le Temps» afirma, por seu turno, «muito haver a esperar do novo Governo de Lisboa, cujo provável chefe, Sá Carneiro, irá pegar nos pontos cruciais e, por etapas, dar uma nova imagem a Portugal».

O resultado das eleições demonstrou que o povo português está desejoso de mudança

e farto de falsas promessas» — acentuou «Le Temps».

«A esperança está agora na boca dos portugueses, que souberam votar pela democracia da Aliança Democrática, cuja vitória já era aliás esperada» — salientou num breve comentário sobre as eleições portuguesas a Rádio oficial da Tunísia.

A POSIÇÃO LÍBIA

Além de se limitar a transmitir os resultados enviados pelas agências noticiosas estrangeiras, com adaptações de linguagem, a emissora de Trípoli, capital da Líbia, disse que «os partidos demonstraram incapacidade de governar e voltaram as costas às aspirações do povo português».

A emissora concluiu a sua notícia com a seguinte frase do «Livro Verde» do dirigente líbio Muamar Khadafi: «não há substituto para o poder do povo». O mesmo livro, editado em língua portuguesa em Lisboa em Fevereiro de 1977, salienta que «o sistema de partidos faz abortar a democracia», o que ilustra bem as teses da Rádio de Trípoli.

O diário «L'Opinion» de Rabat destaca na sua primeira página o telegrama de felicitações que o secretário-geral do Partido Istiqlal de Marrocos, M'Hamed Boucetta e actual ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação enviou ao presidente do PSD, dr. Francisco Sá Carneiro, pela vitória da AD.

O Partido Istiqlal, o segundo maior de Marrocos com assento no Parlamento e no Governo, tem mantido contactos ultimamente com dirigentes sociais-democratas. O PSD foi entretanto convidado a participar no próximo congresso do Partido Istiqlal.

A emissora do Cairo, para além de transmitir o noticiário enviado pelas agências internacionais, fez um comentário-prognóstico da situação política portuguesa.

Disse a rádio caiota, nomeadamente, que «uma onda de esperança invade agora Portugal, pois os portugueses estão confiantes na mudança proposta pela Aliança Democrática».

«O resultado das eleições portuguesas foi uma vitória para os portugueses que há muito manifestavam cansaço político e começaram a não ter coragem para resistir» — acentuou a emissora.

Porém, notou, «a Aliança Democrática poderá ser a esperança do futuro, embora o país esteja adoecido dos males de uma profunda crise política e demagógica».

A ESPERANÇA

Efectivamente resta-nos a esperança da serenidade da AD. O País e o Povo estão, de facto, cansados de demagogia e de falsas promessas.

É preciso pois que a AD se mantenha, para além do mais, coesa, unida e progressiva para, assim, dar com toda a sua potencialidade o sangue novo que Portugal necessita.

Não faltam homens de espírito na AD capazes de coordenar honesta e seriamente a política externa de Portugal. Medeiros Ferreira pela sua longa experiência governativa e Francisco Pinto Balsemão pela serenidade e lucidez necessárias na pasta dos Negócios Estrangeiros.

Se bem que todas as opções da política externa da AD estejam ajustadas à realidade portuguesa (incluindo o reconhecimento do direito à existência do Estado de Israel e às suas fronteiras até 1967) o novo Governo não ignorará certamente as relações com os países árabes na base do respeito mútuo e não ingerência e do reforço dos laços seculares que unem os povos português e árabe.

Fundação Cuidar o Futuro

ENTREVISTA COM O PADRE

Céus e Infernos Portugueses

Sacerdote de direita explica vitória AD

Ele não é talvez a imagem da Igreja portuguesa, mas é a imagem de um clero provinciano e caciqueiro que este ano, sobretudo no Norte, se empenhou a fundo na luta pela vitória da Direita. Anima, com outros, um movimento que diz ter influenciado decisivamente a queda do PS e a redução do número de abstencionistas. Mas vai mais longe: diz que o «Partido da Igreja» é o PDC, embora o voto útil de 1979 fosse o voto nos partidos da AD. Um rigoroso exclusivo do «Diário de Lisboa», obtido a não muitos quilómetros de Lisboa na própria manhã das eleições para as autarquias

MÁRIO DOS ANJOS, DE SÃO BENTO (ALCANENA)

«Temos de levar o povo cada vez mais para a direita»

«O Movimento Cristão Pró Voto que foi organizado em todas as dioceses do País do Minho ao Algarve, desenvolveu uma acção fundamental para conseguir a derrocada do Partido Socialista nas eleições intercalares. Conseguimos mostrar aos católicos que comunistas e socialistas são quase a mesma coisa. Conseguimos mostrar-lhes que comunistas, socialistas e outros marxistas materialistas ateus de toda a espécie pretendiam a abstenção para que os cristãos não votassem e para que eles continuassem a mandar e a destruir o País. Esses partidos opuseram-se à obrigatoriedade do voto proposta pelos partidos sociais: o PSD, o CDS e mesmo os monárquicos. Os cristãos, os verdadeiros portugueses, a direita, não podiam ficar parados.»

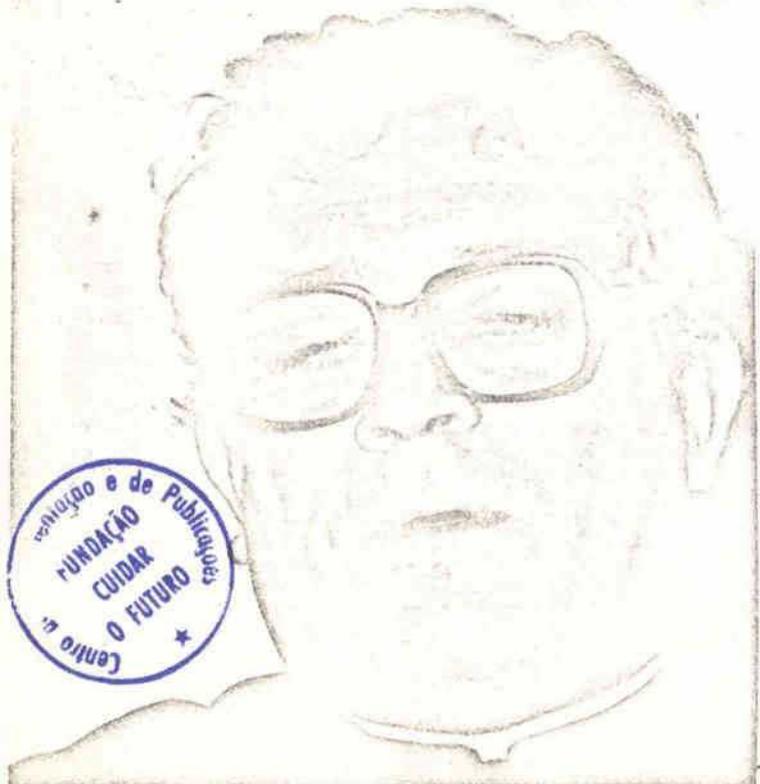
Estas palavras decididas, e quase inacreditáveis dadas as posições oficiais tomadas pela Conferência Episcopal Portuguesa, foram pronunciadas na manhã de ontem na igreja da aldeia de São Bento, concelho de Alcanena, a uma dezena de quilómetros de Porto de Mós, no distrito de Leiria, perante cerca de 30 pessoas. Quem as pronunciou foi o padre Mário Marques dos Anjos, que no final da missa das 11.30 horas se dirigiu publicamente a um jornalista estrangeiro que nos facultou as suas declarações em exclusivo para Portugal.

O padre de São Bento prosseguiu: «Por causa da igreja não tomar posição como queriam os marxistas, é que em países como a Itália os comunistas e os socialistas têm a força que têm. Aqui em Portugal já fizemos mal em não ter posto as coisas no seu devido lugar logo de 1974. Este ano não podíamos ficar parados. O Movimento Cristão Pró Voto entregou-se a esse trabalho e organizou-se do Minho ao Algarve. Em cada terra foi nomeado um cristão, um homem ou uma mulher sério e bom português, que foi de porta em porta distribuir o comunicado do Movimento, apelar ao voto, mostrar a necessidade de votar e elucidá-los sobre os partidos em que não deveriam votar; Materialistas ateus, comunistas, socialistas, «udêpês» e outros que defendem o aborto e o divórcio não poderiam merecer o voto dos cristãos, seria pecado votar neles. O partido católico, o Partido da Igreja, o da Democracia Cristã, ainda não tem força que chegue para mudar a Constituição, que é o principal objectivo. Além disso esse partido, que é sem dúvida aquele que está mais perto da Igreja, fez um erro pôr à sua frente um homem como o Pinheiro de Azevedo, que chegou a dizer que se alguma vez formasse um governo seria entre o PS e o PC. Esse homem não serve. Mais tarde claro, teremos de mostrar aos cristãos que devem votar na direita, no partido cristão que é o nosso partido. Mas agora não! Agora é preciso gente que já tenha força para acabar com a Constituição que é toda marxista, e com o Conselho da Revolução também. O Sá Carneiro, que é o chefe do PPD e vai ser primeiro-ministro, já disse no programa da Aliança que é pre-

ciso acabar com isso tudo, a Constituição, o Conselho da Revolução, isso tudo! E agora nestas eleições só os partidos sociais, os da Aliança Democrática, é que têm força — e mostraram-na para isso tudo. Os portugueses, os cristãos, ficaram bem a saber em quem votar. Apesar de muitos serem analfabetos, perceberam em quem é que haviam de votar.

O Movimento Cristão Pró Voto foi muito importante nesta elucidação dos cristãos e a ele se deve a baixa taxa de abstenções, a derrocada dos socialistas e a vitória dos partidos sociais da Aliança».

O «DL» publica hoje, quase na íntegra, as importantes revelações deste sacerdote de Leiria, devido à sua exemplar clareza; raramente um representante da Igreja Católica foi tão longe, em declarações à imprensa, sobre o seu envolvimento directo na campanha eleitoral da Direita. Apesar de em muitos pontos do País, com particular incidência no Norte, ter aparecido grande número de sacerdotes com posições e prática semelhantes à sua, não confundimos o «modelo» que ele representa com o conjunto da Igreja Católica, nem com as directivas emanadas dos seus órgãos de cúpula, nomeadamente a Conferência Episcopal. Muitos padres e leigos católicos não estão, sabemos-lo, identificados com o envolvimento extremo do Movimento Cristão Pró Voto nem com o apoio, directo ou indirecto, à Direita Portuguesa.





«TEMENDO QUE O POVO NÃO VOTASSE»

A primeira questão que lhe foi colocada relaciona-se com a posição que na sua opinião os católicos devem assumir face aos comunistas e aos socialistas. Eis a resposta:

«Os católicos têm que lutar contra esses partidos.

O PS, para já, não é espiritual, é marxista. O Partido Comunista é contra a liberdade e também é marxista.

Os católicos têm que ser elucidados sobre as ideias desses partidos para que depois de esclarecidos eles vejam que esses partidos são contrários à Igreja e que têm que votar contra eles. Deste modo, a Igreja Católica em Portugal, nestas eleições, temendo que o povo não votasse e se abstinhasse por o voto não ser obrigatório, devido à oposição do PC e do PS à lei para obrigar ao voto, e vendo que o povo estava com pouco interesse por estas eleições, procurou fazer desde o Norte até ao Algarve o Movimento Cristão Pró Voto. Pôs um comunicado em todo o País, dizendo assim: Mais uma vez o País se prepara para as eleições, votar é um direito é um dever de todo o cristão e cidadão. Vota esclarecido e esclarece o teu próximo; diz não ao ateísmo marxista, ao materialismo desumano. Diz sim à plena liberdade dos valores humanos, à plena liberdade dos valores religiosos da família portuguesa, da escola portuguesa e do povo português. Do teu voto depende o Portugal cristão. O padre Marques dobra o comunicado e acrescenta:

Nós portugueses sabemos que o PC e o PS fizeram uma Constituição marxista, e até lá puseram muitas determinações materialistas no que diz respeito ao ensino. Deste modo, a Igreja procurou incitar os católicos a que votassem, mas que votassem num partido que não fosse

marxista. Como o Partido Socialista e o Comunista são marxistas, é preciso que o povo saiba disso.

O eleitorado, quando foi votar em 1975, votou neles porque o exército e os partidos só falavam em socialismo pr'aqui, socialismo pr' ali e diziam que era tudo igualdade e que o socialismo era bom para todos. O nosso povo, como é bom e só quer o bem de todos, votou neles. Mas logo quando o dr. Mário Soares soube que tinha 36 por cento dos votos veio logo dizer que o Partido Socialista era marxista. Depois, quando o povo católico e todo aquele que tem energia espiritual soube disso ficou frio.

«OS FILHOS DAS TREVAS E OS FILHOS DA LUZ»

O povo português também já sabe que não quer votar pelo Partido Comunista porque esse partido é ateu, é contra a família,

não deixa a liberdade de expressão, nem a liberdade de religião, quer votar; até porque isso é mesmo do evangelho, que os filhos das trevas são mais esportos que os filhos da luz. Agora até tiraram a foice e o martelo para enganar o povo que é ignorante e puseram as argolas, mas o povo não vai nisso.

A ENTREVISTA VIRA COMÍCIO

Tínhamos começado por encontrar o padre Mário na Igreja da Serra. Fomos, mais tarde, procurá-lo na etapa seguinte da sua via-sacra. Era a aldeia de São Bento. Aqui, há semanas atrás, um comício da APU tinha sido interrompido e os elementos da mesa, depois de uma série de peripécias que só por sorte não provocou vítimas, viram os seus carros voltados, sendo cercados por dezenas de homens dispo-

tos a tudo: Tiveram de fugir para Porto de Mós, a pé, através da montanha. O ambiente era pois, ainda, bastante tenso. Quando me aproximei da porta do local apinhado de gente — a igreja está em obras — em que decorria a missa, um grupo de homens acercou-se de mim e a palavra «comunista» chegou-me aos ouvidos.

Felizmente, entretanto, a missa tinha acabado. Abri caminho entre os fiéis e origi-me rapidamente para junto do pároco, que logo acalmou os ânimos dizendo «este é cá dos nossos». Ouviu-se um suspiro de alívio e o padre Mário imediatamente me convidou a confirmar perante as dezenas de pessoas que ainda não tinham abandonado a improvisada capela, que lá no estrangeiro os católicos até achavam que os portugueses deviam era votar na AD.

Um grande sorriso invadiu o pároco e a entrevista transformou-se em comício eleitoral perante toda aquela gente. O padre Marques, visivelmente

entusiasmado e satisfeito, assumiu ares de vedeta e depois de me convidar a verificar o apoio que tinha da parte de todos os presentes, prontificou-se a responder alto e bom som às minhas perguntas.

O 25 DE ABRIL E A DESCOLONIZAÇÃO

O nosso interlocutor foi claro, «Eu não sou fascista». «Eu sou pela democracia, e tudo o que quero é o amor, não é o ódio, não é a luta de classes. Mas não se pode deixar que se diga tanta mentira, que tanta gente seja enganada. Temos que dizer as verdades e para isso é preciso que a gente saiba o que é o comunismo lá na Rússia e agora em Angola e em Moçambique».

«A descolonização portuguesa é das coisas mais vergonhosas da história. Fez-se uma descolonização abandonando-se portugueses que estavam no Ultramar, em Angola, em Mo-

çambique, como se fossem cães.

Por outro lado os seus haveres foram todos desprezados e abandonados, ninguém os protege. Ainda não há nenhuma autoridade que resolva os problemas desses homens que têm lá os seus bens todos e outras coisas. Ainda por outro lado, na parte da liberdade, nós sabemos que a maior parte das igrejas de lá estão transformadas em quartéis. No ensino, a Igreja não pode falar em religião nem em doutrina nem em Deus. O Estado pergunta às crianças as conversas que o pai tem com a mãe e que a mãe tem com o pai, se rezam o terço, o que é que dizem, e depois às vezes chegam a liquidá-los.

Nós conhecemos um senhor bispo de Angola que nos disse que em Angola eles chegam lá, arrebanham as crianças sem dizer nada aos pais, e depois mandam-nas para países socialistas como Cuba e nunca mais ninguém sabe nada delas. Mandam-nas para lá para as tirarem da educação dos pais e fazer deles sabe-se lá o quê. (Note-se que nas duas missas a que tivemos a oportunidade de assistir, o nosso interlocutor desenvolveu este e outros dos temas focados às vezes ainda com mais pormenores.)

O PDC E A AD

O Partido Católico que é o Partido Democrático — o entrevistado refere-se aqui ao Partido da Democracia Cristã — está a meu ver e no entender da Igreja, porque isso é claro, mais coerente com a sociologia da Igreja. Contudo, o Partido Cristão presentemente não tem força para ir para a Assembleia e modificar a Constituição. Presentemente temos dois extremos: a liberdade e a não liberdade. Portanto, o ateísmo por um lado; por outro, a liberdade pelos partidos sociais, ou seja o PPD e o CDS e o monárquico também.

Isto quer dizer que se tinha que fazer força, tinha de se juntar esses partidos para ver se conseguiam arranjar uma maioria para depois dissolver a Constituição.

A Igreja tem essa posição, que virá a ter no futuro porque tem mesmo de a ter. Mas agora procurava-se que a direita tivesse mais força para poder dissolver a Constituição, porque a Constituição praticamente foi feita pelo partido Socialista e pelo Partido Comunista. Desde o ensino praticamente a todas as determinações tudo é marxista. Ora, a Igreja, hoje tem que lutar contra isso. A Igreja tem que elucidar mais os católicos para que eles ainda se voltem mais para a direita.

Nas eleições deste mês, não há dúvida de que a única força capaz de fazer face aos partidos marxistas e dissolver a Constituição é a Aliança, a Aliança Democrática.

A «INDICAÇÃO CUIDAR DE VOTO»

Em seguida o pároco de São Bento explicou porque é que apesar de isso ter sido dado a entender de forma a não deixar dúvidas, muitos padres do Movimento Pró Voto não tinham indicado mais claramente aos seus fiéis o voto na AD.

«A Igreja de facto, não esclareceu isso devidamente porque talvez houvesse divergências. O que se fez foi fazer compreender

ao povo católico que tinha que dizer não ao marxismo e dizer sim às outras forças que proporcionassem a modificação da Constituição».

«Em Ilália, por exemplo, o avanço do comunismo e do socialismo deve-se ao silêncio da Igreja e ela própria até já o reconheceu e percebeu que tem que ir mais para a luta».

Sobre as perspectivas em relação ao futuro, o padre Mário acrescentou:

«Sim, são animadoras, desde que a democracia permaneça na liberdade. Mas o Partido Cristão deixe-me dizer-lhe, errou por meter à frente o Pinheiro de Azevedo que um dia disse que se tivesse que formar um governo seria sempre um partido entre o PS e o PC. Ora um homem que diz isto publicamente, apareceu no Partido Cristão, ou ele está errado ou é o Partido Cristão que está errado. Há, portanto, ali coisas que têm de ser clarificadas para o povo depois ver a verdade e ir para lá».

ROSAS DE CAETANO

De Marcelo Caetano e da sua «liberalização» diz o padre Mário:

«O comunismo como todas as forças da esquerda aproveitaram a liberdade que o Marcelo Caetano deu. Nessa altura ele não teve força, os outros aproveitaram-lhe a fraqueza e portanto depois aconteceu esta liberalização... Esta desorientação, porque a maior parte do povo português gostou do 25 de Abril, mas logo depois não gostou, porque começou a ver as aldrabadas e as injustiças, as guerras, as lutas, as desorientações, o descalabro em todos os sectores de tal modo que o povo português sente-se desiludido com o 25 de Abril porque afinal esses cravos não eram cravos, eram espinhos».

Os comunistas e os outros marxistas deveriam ser afastados? Não, o padre Mário é pela democracia:

«Eu acho que a democracia os devia deixar permanecer. Mas agora que eles abusem da democracia para dizer que são democratas! Ah, isso não! Ora quem conhece o comunismo em qualquer lado, sabe que ele não é democrata. Pelo menos, não me consta que em nenhuma parte do mundo ele tenha entrado pela democracia. Ele sempre veio pela força das armas. Portanto é ditadura, e se é totalitário não é democrata.»

OS PATRÕES E CRISTO

O padre Mário explica sobre Cristo dirigindo-se aos seus fiéis durante a homília:

«Cristo nunca foi comunista! Isso é uma aldrabada deles e uma mentira deles. Cristo foi o homem mais humano, o mais irmão de qualquer irmão. Para todos, o Senhor procurou e ainda hoje a Igreja procura, o amor e o perdão e a reconciliação, mas sem haver guerras sem haver lutas. Portanto, o comunismo não é a igualdade, no comunismo não há o amor pelo próximo. Aquilo que eu conheço do comunismo, a começar pela Rússia, é milhões vezes mais ditadura que aquilo que chamavam cá a ditadura do fascismo. Cá ainda fazíamos umas eleições e ainda havia uns partidos. E uma pena que os comunistas portugueses saibam isso e ocultem isso tudo ao povo.

«Na parte social temos que lhes mostrar que não é pela luta de classes, com ciúmes e com

patrão que são resolvidas as dificuldades. Tem que haver a compreensão no trabalho; em democracia e não em ditadura.

AS NACIONALIZAÇÕES

No que diz respeito às nacionalizações, a opinião do sacerdote é esta:

Têm dado a totalidade delas grandes prejuízos e uma coisa que dá prejuízo deita-se fora. Dantes, as empresas davam para os patrões roubarem, para desviarem, para pagarem e para engrandecerem. Agora não dá nem para o ordenado daqueles que lá estão. Não sei onde é que está a causa. Ou eles não trabalham, ou são mandriões ou a coisa tem que ser mudada.

COMÍCIO DA APU

A questão do comício da APU, que há algumas semanas foi interrompido por um grupo de homens armados ligados ao pároco, tendo este sido acusado de ser o responsável pelos incidentes, suscitou uma grande agitação na sala onde tinha aca-

bado de ser celebrada a missa. Vários homens que tinham acabado de chegar e ouvindo a pergunta do jornalista desataram aos berros dizendo que era tudo mentira, que os comunistas eram todos iguais. Um deles gritou: «O senhor padre não mandou bater em ninguém. Se não fosse ele até tinham desaparecido todos. Não saia daqui nenhum, ficavam cá todos!»

Com grande calma, manifestando grande autoridade sobre os fiéis, o pároco acalmou os ânimos e declarou:

«Os comunistas gostam muito da mentira. Já há uma frase antiga dum escritor francês, o Rousseau, que diz: «Menti, menti que alguma coisa há-de ficar».

Acusam-me de arruaceiro e de não sei quê mais. Ora isto é tudo mentira. Alguns destes senhores que há pouco se exaltaram um pouco porque julgaram que o senhor jornalista me estava a atacar bem lhe disseram que isso é tudo totalmente mentira.

«Eu nunca incitei ninguém à violência e ao ódio, nem eu nem nenhum colega meu. A Igreja e

eu não temos medo de esclarecer as pessoas e é por isso que os comunistas nos atacam. Se eles não querem que a Igreja diga que o PS e o PC são marxistas, então que arranquem outro programa. Enquanto for assim, a Igreja tem que ser firme e os padres em qualquer lado em que estejam têm que esclarecer sobretudo nas aldeias em que há muitos analfabetos.

«No outro dia, os comunistas levantaram-me um processo em tribunal por causa dos incidentes que aqui houve. Ora eu não tenho medo nenhum e já lhes levantei também um processo por dizerem que eu estava à frente de todas essas coisas. Isso é uma mentira total, não chegou a haver incidente nenhum na casa nem cá fora enquanto eu lá estive. Depois informaram-me que tinham voltado um carro dos comunistas mas eu já lá não estava. Dizem também que cercaram os apus com forquilhas e caçadeiras e que cortaram a estrada com pedras. Ora eu saí do carro da aldeia e não vi nem uma pedra nem nenhuma forquilha. São só mentiras».

A. S. D. I. antevê unificação dos partidos da A. D.

23 DE DEZEMBRO DE 1979 A CAPITAL

«OS números obrigam à coesão da maioria, sob pena de esta deixar de o ser», afirma a A. S. D. I. em análise ontem divulgada durante uma conferência de imprensa. Segundo esta formação política que converteu a proclamação de um partido, os grupos como os reformadores ou o P. P. M. «não podem deixar de manifestar grande uniformidade» (palavras de Magalhães Mota) no decurso da sua acção parlamentar. Vai dar-se, quer na A. D. quer na A. P. U., «o desfazer das diferenças e o acentuar das semelhanças», segundo Magalhães Mota, o fundador do P. S. D. que presidiu à conferência de imprensa de ontem ladoado por Cunha Leal e Vilhena de Carvalho.

«A Acção Social-Democrata Independente prosseguirá a sua reflexão aprofundada sobre os resultados eleitorais e o seu significado. A A. D. exigirá respeito pelas instituições, coerência e eficácia governativas, domínio da vitória», afirma o texto na altura distribuído.

«A existência de grupos parlamentares autónomos não é agora só uma modificação da proposta feita ao eleitorado como então referimos. Os números obrigam tal hipótese a ser, apenas, uma ficção, só sustentável em aspectos secundários e de pormenor», considera a A. S. D. I. ao referir o futuro da Aliança Democrática.

«Publicamente, ou há um bloco ou a maioria se desfaz», reforça ainda esta associação, formada com base nos deputados que, perto do fim da anterior sessão legislativa, decidiram afastar-se do P. S. D., onde nasceram a partir do grupo subscritor do documento «Opções Inadiáveis».

Segundo os social-democratas Independentes, Portugal caminha para o «modelo francês», com a existência de um partido aglutinador das forças situadas à di-

reita dentro do espectro político e, em contrapartida, uma esquerda sempre em minoria. A fusão das forças que integram a actual maioria parlamentar é, do ponto de vista desta formação política, um dado de facto que cedo ou tarde se verificará.

Lei Eleitoral

Citando o art. 22.º da Lei Eleitoral, a A. S. D. I. perguntou, pela voz de Magalhães Mota, se «a coligação (A. D.) vai prosseguir», apontando entretanto para a urgência de uma resposta.

A Lei Eleitoral veio à baila durante o período de perguntas e respostas antes de «A Capital» ter levantado a questão de saber se a A. S. D. I. tem espaço político vago para se implantar. Magalhães Mota respondeu que sim, com fundamento na tese da futura fusão da A. D. num só partido.

Relações com o P. S.

— E não receiam tornar-se uma espécie de M. D. P. do P. S.? — perguntámos.

«Somos bastante ciosos da nossa independência e disso temos dado provas», respondeu Magalhães Mota, que depois acrescentou: «Se fôssemos como os reformadores, teríamos tido bastantes mais lugares neste Parlamento que os reformadores que lá estão.»



Bloomfield empenhado em reparar erros de avaliação de Carlucci

António Figueiredo
Correspondente em Londres

O importante diário *Financial Times*, editado em Londres e Francoforte, e com ampla circulação nos Estados Unidos, publica hoje uma notícia comentário relacionada com Portugal e as relações diplomáticas com Washington que vai certamente causar celeuma internacional.

O comentário aparece na secção «Men and Matters» — «Homens e Questões» — com o título «Comos eles falharam o homem exacto».

«Criou-se um certo gelo nas relações entre o embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, Richard Bloomfield, e os seus chefes em Washington. Isto parece estar ligado com a desastrosa visita aos Estados Unidos, há um mês, do dr. Francisco Sá Carneiro, dirigente da coligação centro-direita de Portugal.

Um prelúdio de três semanas de telefonemas, telexes e telegramas de exortação de Bloomfield não deu nenhum resultado: Sá Carneiro foi atendido com estudada distan-

cia por funcionários de quarta categoria.

Fora do Governo, o senador Edward Kennedy foi um dos que declinaram recebê-lo. Sá Carneiro acaba de emergir agora triunfante nas eleições portuguesas e vai em breve ser nomeado primeiro-ministro. Bloomfield e companhia estão presentemente ocupados a explicar e desculpar esta humilhação sofrida nos Estados Unidos.

Esta desconsideração foi quase ao ponto de perturbar a delicada diplomacia com que Bloomfield tem tentado reparar as pontes quebradas pelo seu indiscreto e mais poderoso antecessor, Frank Carlucci. Durante a sua comissão de serviço em Portugal, Carlucci nunca se cansou de aconselhar o presidente Nixon e, depois deste, o presidente Gerald Ford, a apoiar o Partido Socialista do dr. Mário Soares.

A teoria de Carlucci, mais tarde adoptada pelo dr. Kissinger, era simples: no rescaldo da Revolução de 1974, os socia-

listas portugueses eram a barreira que evitava que Portugal pudesse resvalar para os extremismos de esquerda ou direita. Soares significava estabilidade, Sá Carneiro ou os comunistas equivaliam a guerra civil.

Talvez não seja surpreendente que os insistentes telefonemas de Bloomfield tenham obtido pouco efeito: Carlucci, agora seguro como director-adjunto da CIA, estava certamente numa posição mais forte para promover a sua teoria da barreira.

Sem, de forma alguma, endossar qualquer dos comentá-

rios do *Financial Times*, que compete aos americanos esclarecer, lamentamos o tratamento conferido ao nosso distinto e representativo compatriota dr. Francisco Sá Carneiro e limitamo-nos a perguntar: Quem é que afinal manda nos Estados Unidos ou orienta a sua diplomacia, os embaixadores respeitáveis e corteses como Richard Bloomfield ou os que jogam nos palpites da CIA?

Estas e outras questões serão certamente levantadas até que se esclareça o desagradável incidente.

Comentário do PSD

O «Diário de Notícias» procurou obter declarações da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa e dos dirigentes do Partido Social-Democrata acerca da notícia do «Financial Times» já referida. A Embaixada preferiu reservar a sua tomada de posição. Entretanto, um colaborador próximo do dr. Francisco Sá Carneiro afirmou-nos, a este propósito, o seguinte:

«A ligação preferencial que, em certo momento, existiu entre o Governo dos Estados Unidos e o Partido Socialista e que tem de se explicar, pelo menos em parte, pela preocupação americana em relação a determinadas áreas do Terceiro Mundo parece ser ainda

defendida, actualmente, por certos sectores da Administração de Washington, nomeadamente a CIA. As notícias veiculadas por alguns órgãos de informação dos Estados Unidos retomadas por órgãos de imprensa socialista em Lisboa confirmam que o resultado das eleições não foi o ideal para os referidos sectores da Administração americana, já que a transferência da direcção política externa portuguesa para a esfera do Governo, que irá verificar-se com o próximo Executivo da AD, não deverá permitir o tipo especial de relação até agora existente com os diferentes órgãos de soberania portuguesa.»

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

18-12-1979.





A revisão constitucional: do sonho à realidade

H. M. V. Marques dos Santos

Recentemente, alguns órgãos de comunicação social, fizeram eco de declarações proferidas pelo dr. Sá Carneiro, «leader» da Aliança Democrática (AD), nos discursos pronunciados em Castanheira de Pera, perto de Alcobaça, na Aldeia Turística de Santo António.

Assinalaram, com especial relevo, a que afirmava que a coligação vencedora das eleições de 2 de Dezembro, arranjará uma maioria para modificar a Constituição e acabar com o Conselho da Revolução, para o que, estabelecerá um acordo parlamentar com o Partido Socialista.

Neste particular, segundo o «leader» da AD, tudo é muito simples: bastará que a coligação, vencedora das eleições intercalares, arranje uma maioria para logo poder modificar a Constituição.

Creemos que, assim, não é. Vejamos, então, como tudo se passará.

A nossa Lei Fundamental dispõe (art.ºs. 286.º e 289.º), que a Assembleia da República apenas pode encetar o processo da sua primeira revisão, na II Legislatura que, como é sabido, se inicia em 15 de Outubro de 1980. Isto leva à conclusão que, ao contrário do que o dr. Sá Carneiro referiu, o que limita, desde já, nesta I Legislatura, a revisão da Constituição, não é, o maior ou menor número de deputados que, eventualmente, a desejem, mas exclusivamente, o decurso dum prazo nela consa-

grado para tal fim.

Logo, mesmo o falado acordo parlamentar com o PS, se por mero absurdo fosse conseguido, seria manifestamente irrelevante.

Todavia, por ser de interesse para o leitor melhor avaliar as afirmações, a que nos temos vindo a reportar, lembramos que o PS, por intermédio do seu porta-voz, Alberto Arons de Carvalho, desmentiu tal notícia que classificou de eleitorista. Esclareceu porém, que na oportunidade legalmente permitida pela Constituição para a sua revisão, votará favoravelmente as propostas de alteração que visem o seu aperfeiçoamento, *sem prejuízo de previa salvaguarda dos valores fundamentais que traduzem e concretizam a Revolução do 25 de Abril.*

Não vimos, pois, para já, qualquer possibilidade de o sonho do dr. Sá Carneiro, se poder, legalmente, transformar numa realidade.

Passaremos, agora, a expor muito resumidamente, a tramitação exigível constitucionalmente para a sua revisão. Como é natural, o grande público ignora-a, por se tratar de um assunto pouco acessível, dada a sua extrema complexidade.

Como já se disse, a Assembleia da República só dispõe dos poderes de revisão constitucional na II Legislatura, que se inicia em 15 de Outubro de 1980.

A partir dessa data, os deputados podem apre-

sentar projectos de revisão (e não é necessariamente obrigatório, que o façam). Neste caso, quaisquer outros terão de ser, também, apresentados no prazo de *trinta dias.*

Então, após a respectiva discussão, as alterações terão de ser votadas e aprovadas por maioria de *dois terços* dos deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções, não podendo o Presidente da República recusar a promulgação da Lei de revisão.

Logo que sejam publicadas as alterações que serão obrigatoriamente *curadas* numa única Lei de revisão, esgotam-se, ordinariamente, nessa Legislatura, tais poderes, que só poderão, de novo, ser usados *cinco anos* após a data da publicação da lei.

Excepcionalmente, pode, porém, a Assembleia da República retomar, em qualquer momento, poderes de revisão constitucional, por maioria de *quatro quintos* dos deputados em efectividade de funções.

Por outro lado, há que considerar que as leis de revisão constitucional terão sempre que respeitar os limites materias fixados no art.º 290.º da nossa Lei Fundamental que consagram as conquistas alcançadas pelo povo na Revolução de Abril. E, que recordar também não ser possível praticar nenhum acto de revisão constitucional, na vigência de estados de

sítio ou de emergência.

Só cumprindo as normas escritas poderá ser aprovada uma revisão da Constituição. E, neste caso, se fosse extinto qualquer órgão de soberania (ex. Conselho da Revolução), ele só deixaria juridicamente de existir, quando publicada a respectiva Lei de Revisão de harmonia com o que dispõe o n.º 4 do art.º 122.º da Constituição.

As afirmações do dr. Sá Carneiro esfumam-se perante o que a nossa Constituição regula. Deverão ser, para já, entendidas como um sonho impossível de realizar, até porque sabe que não contará — como nunca contou em situações semelhantes — com a colaboração do Partido Socialista para a consumação dos seus desígnios. Resta-lhe tentar a única hipótese visível: o acordo com o Partido Comunista Português...

E não se estranhe esta proposta. Bastará lembrarmo-nos da opinião coincidente que manifestaram no voto que derrubou o primeiro Governo Constitucional do dr. Mário Soares, aquando da discussão de uma moção de confiança, na madrugada de 8 de Dezembro de 1977.

Podem, pois, serenar os democratas portugueses, porque não está para breve a satisfação das pretensões do «leader» da AD, e confiarem no Partido Socialista que, como sempre, assegurará a defesa das liberdades do Povo português.



Segunda-feira, 17 de Dezembro de 1979 / Portugal **HOJE**
Conjugar exigências da NATO
com a Constituição

Freitas Cruz reafirma sentido da política externa portuguesa

«A política externa portuguesa encontra-se balizada pelos compromissos no seio da Aliança Atlântica e pela orientação constitucional no sentido do desarmamento geral e controlado» — reafirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz, ao chegar a Lisboa, vindo de Bruxelas, onde participou na reunião ministerial da NATO, onde foi debatido o plano norte-americano de modernização do arsenal nuclear nos países da Europa membros daquela organização.

Segundo Freitas Cruz, que falava momentos depois de ter desembarcado no aeroporto da Portela, os ministros dos quinze países da Organização do Tratado do Atlântico Norte debateram, além do problema da instalação de armamento nuclear na Europa, a crise do Irão e a situação na Rodésia.

De referir que a ajuda aos países menos desenvolvidos da NATO foi também tema de debate, tendo sido defendido um maior auxílio económico a Portugal, segundo foi já relatado pela Imprensa.

Sobre este assunto, o ministro português dos Estrangeiros, que teve oportunidade em Bruxelas de referir o caso do seu país, chamou a atenção dos seus homólogos para a ajuda que poderia constituir a compra de armamento em Portugal, dado que o País dispõe de uma indústria preparada para o efeito.

Freitas Cruz era aguardado à

sua chegada pelo secretário de Estado dos Estrangeiros, Paulo Enes.

Apoio à instalação de «Euromísseis»

A decisão da NATO de instalar mísseis «Pershing-II» na Europa, foi subscrita por Portugal, na reunião conjunta dos ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, efectuada em Bruxelas.

Freitas Cruz disse, na sua alocução, que «a modernização das armas nucleares de curto de longo alcance, impôs-se à Aliança face à instalação dos mísseis soviéticos «SS-20» e dos aviões «Backfire», numa altura em que os meios de que o Ocidente dispõe se desactualizam e se tornam obsoletos».

O ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou, depois, que a necessidade de uma decisão «decorria, igualmente, do facto de que, no processo de negociações Leste-Oeste para o controle de armamentos, não serem de esperar concessões sem que a Aliança demonstre a sua coesão e a sua vontade de corrigir a situação de desequilíbrio da balança militar».

Por fim, Freitas Cruz afirmou que aquela decisão tinha que ser tomada, «não como objectivo de alcançar uma posição de superioridade, nem mesmo de paridade, mas apenas para alcançar uma posição que permita, a curto prazo, negociar tendo alguma coisa a oferecer em troca».

o diário / 16 de Dezembro de 1979

PCP contra «sim» do Governo a instalação de mísseis na Europa

O Partido Comunista Português condenou o apoio dado pelo Governo à instalação de mísseis nucleares de médio alcance dos EUA em países da Europa Ocidental, que «corresponde unicamente aos interesses do imperialismo e dos grandes monopólios norte-americanos de fabrico de armamento».

«O PCP considera lamentável que o Governo português tenha caucionado a estratégia de 'posições de força' dirigida pelos EUA e que, em violação dos compromissos consagrados na Acta Final de Helsínquia, mais não visa do que incentivar a corrida aos armamentos, travar o processo de desanuviamento, ressuscitar o clima de 'guerra fria' — em oposição com a aspiração universal dos povos à paz e à segurança».

Frisa, também, que «a participação de Portugal na NATO não implica automaticamente uma posição favorável à instalação de mísseis nucleares americanos, uma vez que, como é sabido, do conjunto de países membros da NATO, dois — França e Grécia — nem sequer participam do sistema militar da NATO, e outros dois — Holanda e Bélgica — manifestaram a sua oposição às propostas dos EUA e dos círculos dirigentes da NATO».

O PCP «salienta igualmente que os resultados das eleições intercalares nada têm a ver com os planos de instalação dos mísseis nucleares americanos, pois não consta que na recente campanha eleitoral para a Assembleia da República tenha sido de algum modo discutida esta questão».

POVO SÓ SOUBE DEPOIS

«É, de resto, particularmente sintomático — acrescenta a Comissão Política daquele partido — que o Povo português apenas tenha tido conhecimento da posição do

Governo após a realização da reunião da NATO, em assunto de tanta gravidade que põe em causa a independência e a soberania de Portugal, a paz e a segurança na Europa e no Mundo».

Mais: «Esta decisão do Governo português confirma que para certos círculos participar na NATO é seguir a estratégia de 'posições de força' preconizada pelos EUA, defender o desarmamento é intensificar o armamento, estar num continente com mais de 30 países é aderir à CEE, formada apenas por nove países, respeitar a democracia é tomar uma decisão importantíssima e de graves consequências com a Assembleia da República dissolvida, sem a informação adequada e sem qualquer debate público prévio».

«A instalação de novos mísseis nucleares americanos na Europa — acentua ainda o PCP — corresponde unicamente aos interesses do imperialismo e dos grandes monopólios norte-americanos de fabrico de armamento. Não serve a causa da paz nem os interesses vitais dos povos europeus».

A Comissão Política do CC do PCP termina a sua nota, exprimindo a «profunda confiança de que, apesar desta grave decisão da NATO, por vontade dos povos e no interesse da humanidade, acabará por ser afastado o espectro de uma catástrofe nuclear e prevalecerá na cena internacional a tendência favorável ao desanuviamento, ao desarmamento e à paz».

NOVAS DECLARAÇÕES DE LOUREIRO DOS SANTOS À RTP 1

Tão difíceis explicações sobre o voto "nos mísseis"

O jornal

14-12-79

A diplomacia portuguesa acaba de provar, esta semana, que ainda carece de uma linha de rumo global, ajustada ao nosso posicionamento geopolítico, às condições internas do País e, parece-nos, ao espírito dos princípios constitucionais nesta matéria.

Ao aderir a cem por cento à tese americana, que acabou por prevalecer no seio da Aliança Atlântica, apontando para o reapetechamento do arsenal nuclear da NATO, na Europa, até ao nível do que, se julga, será o poderio soviético, como condição prévia para negociar o desarmamento, Portugal abdicou do papel que por vocação lhe compete — o de reforçar o conjunto das pequenas nações que, embora integradas em sistemas político-militares diferenciados, lutam pelo desarmamento progressivo e equilibrado e pelo desanuviamento. Ou, como se diz expressamente na nossa Constituição, pelo fim da «política de blocos». E no caso da instalação na Europa dos mísseis americanos «Pershing II» e «Cruzeiro», que os americanos fizeram aprovar na reunião de Bruxelas (ver reportagem na página 30/32), assiste-se precisamente a um afrontamento entre os Estados Unidos e a União Soviética, capaz de «entalar» a Europa numa situação perigosíssima, caso as duas superpotências entrem num confronto, ainda que este tenha origem em regiões com as quais não se prende directamente o destino do Velho Continente.

Na tese americana de «escalada controlada», os estrategos do Pentágono e do Departamento de Estado consideraram ser «preferível» que, num conflito nuclear, sejam utilizados mísseis de «teatro de operações» com ogivas nucleares menos mortíferas, que atingiriam e destruiriam apenas a Europa, do que os meios de destruição maciça que os dois colossos podem disparar um contra o outro, a partir dos seus próprios territórios, e que mergulhariam todo o Universo num holocausto final.

Países tão poderosos como a Alemanha Federal só aceitaram o princípio da instalação dos mísseis desde que o risco fosse partilhado por outros. E nações como a Bélgica e a Holanda — cuja dimensão as aproxima mais de Portugal — mostraram-se frontalmente desfavoráveis a tal instalação. E que fez o Governo português? Sem que a opinião pública tivesse sido sensibilizada para o assunto, com o Parlamento dissolvido, o Executivo confundiu a decisão da continuidade na NATO e da opção europeia (que nunca foram postas em causa), com o apoio de decisões que podem mergulhar o mundo em novo episódio de guerra fria — ou para já não falar no que aconteceria em caso de conflito generalizado, de proporções inimagináveis.

A União Soviética investiu toda a sua artilharia de propaganda para tentar criar no chamado mundo ocidental, a propósito dos «Pershing» e dos «Cruzeiro» o mesmo tipo de reacção que obrigou Jimmy Carter a mandar — e bem — suspender o projecto da bomba de neutrões.

Não seria compreensível que Portugal fosse engrossar este coro, tantas vezes sofismado, de protesto vindos do bloco Leste e de forças que, no Ocidente, se alinham pelas posições políticas dos soviéticos, que não cessam também de aumentar o seu poderio bélico e o das forças do Pacto de

O senhor ministro da Defesa, utilizando uma linguagem e uma argumentação característica do tempo da «guerra fria», resolveu pronunciar-se completamente a despropósito, sobre os mecanismos decisórios dos países membros do Pacto de Varsóvia. No dizer do entrevistado da RTP-1 as decisões relativas às medias a tomar pelo Pacto de Varsóvia, ao contrário do que se passaria no caso da NATO, seriam tomadas à revelia de quaisquer princípios democráticos, sem quaisquer debates públicos, num perfeito clima de totalitarismo político. No que toca à NATO, contrapôs Loureiro dos Santos, a democracia impera, e é consequência do tal «modelo de sociedade europeia» em que teriam votado os 75 por cento dos portugueses. A decisão agora tomada pelos ministros da Defesa dessa organização militar, teria sido fruto de um amplo consenso popular exprimido até através de debates parlamentares. Salientemos, antes de prosseguir, que o senhor coronel mais uma vez se deve ter esquecido de um pormenor relativo ao caso português. Talvez um dia possamos vir a saber que é que neste país teve a oportunidade de se pronunciar, quem é que neste país decidiu efectivamente o apoio dado pela delegação portuguesa ao projecto dos estrategos da Aliança Atlântica. Mas voltemos ao Pacto de Varsóvia. Loureiro dos Santos, ministro do quinto Governo, não se limitou a falar do modo como no seu entender se tomam as decisões no seio dessa organização, identificou esse modo com um modelo de sociedade, contrapô-lo a outro. Caracterizou o primeiro e o segundo como democrático e não democrático respectivamente. Identificou um e outro a uma maioria e a uma minoria do

eleitorado português. Imiscuiu-se na campanha eleitoral que em Portugal decorre, e, como membro de um Governo, imiscuiu-se nas questões internas de terceiros países.

Não nos interessa aqui se o que foi dito sobre os países membros do Pacto de Varsóvia corresponde ou não à realidade. A crítica ao funcionamento dos regimes políticos parece-nos legítima e necessária, quer partilhemos ou não os princípios em que assentam esses regimes. O que nos parece inadmissível é que um membro de um Governo, ainda por cima com as características do português, dizendo-se empenhado na abertura e no êxito de negociações tão fundamentais como as relativas ao desarmamento, se permita à margem do colectivo ministerial, pronunciar-se publicamente, neste momento e nestes termos, sobre questões internas de outra parte nessas negociações. Não se trata sequer de interferir em questões com uma dimensão universal como os direitos do homem, trata-se de interferir no próprio sistema decisório de um grupo de países. Trata-se de tudo isto, inadmissivelmente, por razões ligadas ao desanuviamento necessário às relações internacionais, inoportunamente, por razões internas ligadas à proximidade do acto eleitoral, erradamente, por razões ligadas às distorções e aos sofismas em que assentam os argumentos avançados.

Sejamos claros. Se se quer dizer que em Bruxelas, Portugal votou a favor dos mísseis porque se quer dinheiro da NATO para mais blindados e para mais aviões de combate, ou porque se querem mais facilidades do FMI ou de outras organizações similares, diga-se. Sem rodeios. Sem pseudo-argumentos. Sem segundas intenções.

José António Cerejo

Mas, havendo dúvidas sobre uma posição a seguir — se aos governantes portugueses não se apresentava como evidente que ao Portugal democrático compete um papel de maior conciliação e de diálogo, enfim, de agente de desanuviamento, embora dentro da NATO —, antes de aprovar aquela tese, deveria, parece-nos, torná-la mais conhecida e discutida entre os portugueses.

Se não fosse possível aguardar pelo funcionamento do novo Parlamento — onde até na «nova maioria» há quem mostre consciência do perigo nuclear — seria, pelo menos, aconselhável, parece-nos, utilizar outros meios, de que se dispõe, em democracia, para que os governantes «dialoguem» com os governados.

MNE entregou à sua sorte 20 mil emigrantes em França



Vinte mil famílias portuguesas, cujos chefes são emigrantes clandestinos em França, vivem hoje angustiadas com a perspectiva de expulsão ou de naturalização compulsiva, devido à aprovação da *Lei Bonnet* pelo Senado e à incapacidade mais uma vez revelada pela diplomacia portuguesa para salvaguardar os direitos e interesses dos emigrantes em tempo útil. Fontes fidedignas contactadas pelo nosso jornal acusam o dr. Paulo Enes, ao tempo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, e outros diplomatas da hierarquia das *Necessidades*, de não terem sabido ou querido tirar adequado partido da visita oficial do Presidente Eanes a França, pelo que não foi então possível obter garantias formais de protecção para os emigrantes clandestinos portugueses, que não se encontram abrangidos pelo acordo bilateral de Julho de 1977.

Recordemos os factos: uma semana antes de se iniciar a visita de Estado do Presidente Ramalho Eanes, Valéry Giscard d'Estaing endereçava uma inesperada carta ao seu homólogo português, em que afirmava que «o novo regime previsto para os estrangeiros residentes em França não será aplicado aos trabalhadores portugueses». E insistia: «Desejo tranquilizá-los totalmente, ao confirmar-lhe, Senhor Presidente, que por motivos da candidatura de Portugal à CEE, foi decidido que as autorizações de residência e de trabalho dos portugueses residentes em França continuarão a ser renovadas, de futuro, nas mesmas condições liberais praticadas no passado».

Se a diplomacia portuguesa fosse realmente competente e eficaz, esta carta do Presidente

A evolução dos acontecimentos encarregou-se de repor os factos no seu lugar. A confirmação da *Lei Bonnet*, pelo Senado, e declarações proferidas no Parlamento pelo seu autor, revelam agora à saciedade que os emigrantes clandestinos tuguenses não são contemplados pelas garantias formais de Giscard e que só têm à sua frente três hipóteses: a indulgência das autoridades francesas (muito improvável nestas circunstâncias, até porque, neste momento, em Paris, verifica-se um certo azedume em relação ao nosso País, pois existiriam compromissos de aquisição de dois aviões «Airbus» para a TAP, encomenda que não deverá

francês teria sido analisada em todos os seus aspectos, até às últimas consequências, tentando designadamente encontrar uma resposta para esta questão fundamental: Por que motivo Giscard d'Estaing enviou esta carta a Ramalho Eanes, uma semana antes da sua chegada a França? Não seria mais lógico prestar aquelas garantias no decurso da própria visita e como consequência das conversações entabuladas?

MNE «traiu» Eanes por incompetência

Nada disso aconteceu. A gerontocracia bolorenta que domina o Palácio das Necessidades, há largas dezenas de anos (manifestamente incapaz de defender os interesses do Estado democrático, como lhe competia), tomou ingenuamente (ou por má fé) à letra a missiva de Giscard e fez do dr. Paulo Enes, o porta-voz em Belém da sua «satisfação». Ao agir assim, esvaziou de sentido prático a visita de Ramalho Eanes, despoletou a reunião marcada para o hall de La Villette com a comunidade portuguesa (que poderia transformar-se numa massiva manifestação, re-ladadora da angústia e das incertezas que já então ameaçavam o futuro de tantas famílias) e contribuiu para o amolecimento da oposição do Governo de Lisboa a medidas que viessem prejudicar os interesses vitais da comunidade portuguesa.

É assim que Ramalho Eanes parte para as conversações com o seu homólogo francês convencido de que a situação da comunidade portuguesa, na sua globalidade, se encontrava acautelada pelas garantias prestadas por Giscard, as quais excederiam assim o âmbito do acordo bilateral de emigração,

concretizar-se); a naturalização compulsiva; ou a expulsão administrativa pura e simples, por decisão arbitrária dos «prefeitos».

Neste momento, Ramalho Eanes e, de uma forma geral, a parte portuguesa, encontram-se numa situação pouco confortável, pois o nosso País abriu mão de uma excelente oportunidade para defender a situação dos emigrantes clandestinos e desperdiçou, entretanto, importantes trunfos negociais.

Aliás, em Julho de 1980 vai caducar o acordo bilateral de 1977 e até a situação dos emigrantes legalizados poderá ficar ameaçada.

18 de Dezembro de 1979

o diário

O povo não foi ouvido

Despediu-se mal o V Governo Constitucional. Algumas semanas após o chamado antipacote social, que permitiu atenuar alguns dos efeitos mais negativos da política de classe do governo Mota Pinto, o nosso povo recebeu como duche gelado as notícias vindas de Bruxelas. No momento em que a atenção geral estava concentrada nas eleições, o País tomou conhecimento, com espanto e apreensão, de que o Governo se pronunciara, na reunião da NATO, pela instalação em vários países da Europa Ocidental de mísseis americanos «Pershing» e «Cruise», capazes de transportar ogivas nucleares.

Não pôde o Governo alegar em sua defesa que a reunião de ministros da NATO tinha data marcada e a discussão do problema dos mísseis constava da agenda. O que se contesta não é a participação no debate, mas a posição que nele foi assumida relativamente a um assunto de tamanha gravidade. Nada, absolutamente nada obrigava o Governo português a submeter-se às pressões dos Estados Unidos e alinhar com os círculos mais agressivos da NATO.

Conservou-se calado até ao último momento e não hesitou em tomar depois uma decisão que contraria frontalmente o imperativo constitucional que vincula a política externa portuguesa ao «desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva».

O governo da Aliança Reaccionária será pior do que aquele que está prestes a sair. Tudo indica que a sua política externa será de completa vassalagem ao imperialismo. Mas essa era mais uma razão para que o V Governo, apesar das suas contradições, não lhe facilitasse a tarefa, apressando-se a capitular numa questão de tanta gravidade. Ora foi isso o que aconteceu. Em Bruxelas, o Governo português ignorou compromissos consagrados na Acta Final de Helsinquia e deu o seu aval à corrida armamentista. Em vez de erguer a voz contra projectos tendentes a ressuscitar o clima de guerra fria, acabou por os incentivar, contrariando o processo geral de desanuviamento e a aspiração universal dos povos à paz e à segurança.

É preocupante que o Governo não tenha sentido a necessidade de consultar o País, tratando-se de um problema que põe em causa a independência e a soberania portuguesas e, por envolver a paz e a segurança na Europa e no Mundo, é inseparável da própria sobrevivência da Humanidade.

A decisão do V Governo não serviu a causa da paz e da segurança internacionais. O Povo português tinha direito a ser ouvido e não foi.

Não devem afrontar Eanes

JORNALISTAS da RTP e da RDP que militam no PSD receberam esta semana instruções para não afrontarem o Presidente Ramalho Eanes. A directiva foi-lhes dada na segunda-feira por Ângelo Correia, membro da Comissão Nacional do partido. Na altura, foi também sugerido que a pasta da Comunicação Social fosse confiada a este dirigente social-democrata.

Durante uma reunião, na Rua de Buenos Aires, entre Ângelo Correia e jornalistas social-democratas dos dois órgãos de Informação com maior penetração popular, chegou-se ao consenso de que o PSD não devia abrir mão do Palácio Foz em favor do CDS, parceiro na Aliança Democrática. No encontro estiveram, entre outros, Pedro Temudo de Castro, do Gabinete de Imprensa do partido; Margarida Marante, Helder Freire e José Cândido de Sousa, da RTP; Helder Soares, Ribeiro da Silva, Eduardo Fidalgo e Marques de Freitas, da RDP; e dois militantes que trabalham no Ministério da Comunicação Social.

Os jornalistas expressaram estranheza por não terem sido convidados a participar na campanha eleitoral na Rádio e na Televisão, que, em ambos os ór-

gãos, foi, em seu entender, de baixa qualidade. Quando se discutia a eventual atribuição da pasta da Comunicação Social, uma militante advogada lembrou que, segundo o programa do PSD, o Palácio Foz deixaria de ser Ministério para passar a Direcção-Geral. E a menos que o sector ficasse dependente do gabinete do primeiro-ministro, através, por exemplo, de um adjunto, um director-geral não teria estatuto para se sobrepor às administrações das empresas estatizadas, não podendo, por exemplo, impossibilitá-las nem demiti-las. Nesse caso, seria indispensável que o responsável por aquele departamento fosse, pelo menos, secretário de Estado.

Nessa altura, Margarida Marante — que, no princípio do ano pediu a transferência da RTP-2 para a RTP-1 por achar que neste canal tinha "outras oportunidades" — propôs que Ângelo Correia fosse o próximo secretário de Estado da Comunicação Social. Helder Soares, da RDP, lembrou a conveniência de ser escolhido um conhecedor dos problemas da Informação, chegando a adiantar o nome de Marcelo Rebelo de Sousa, subdirector do EXPRESSO. Do

debate que se seguiu não resultou um consenso claro, mas há quem tenha ficado com a impressão de que Ângelo Correia iria transmitir a proposta que lhe era favorável a Francisco de Sá Carneiro.

Observadores bem colocados ficaram igualmente com a sensação de que as Comissões Administrativas da Empresa Pública Notícias-Capital e da RDP poderão vir a ser demitidas. Por outro lado, parece não correr esse risco a Administração do Diário Popular. Quanto à RTP, houve unanimidade sobre a manutenção de Soares Louro na presidência da respectiva Comissão Administrativa; todavia, já o vogal Sousa Brito, considerado próximo da ASDI, parece não merecer as simpatias gerais.

Por outro lado, já depois da reunião e durante o almoço num restaurante da Rua de Buenos Aires, Margarida Marante achou que Carlos Cruz, actualmente responsável pela RTP-1, "não nos trairia" se substituisse Fernando Lopes na direcção da RTP-2, cujo Departamento de Informação foi publicamente considerado parcial e tendencioso por Ângelo Correia, que, em privado, o classificou já de "comunista".

Os jornalistas da RTP repudiaram ainda um eventual regresso do militante do CDS e ex-administrador do Lumiar Luís Cardoso Meneses, que cessou as suas funções, juntamente com Figueiredo dos Santos, logo após o Governo Pintasilgo ter sido empossado.

13. Dezembro. 1979

Tempo

FORMOSINHO — Os conselheiros da Revolução Vasco Lourenço, Franco Charais e Sousa e Castro têm sido visitantes assíduos, nos últimos fins-de-semana, do pároco (progressista, dizem) de Formosinho (Celorico da Beira), que é a terranatal de Pires Veloso. A população interroga-se, mas Pires Veloso não está nada admirado, garantem-nos.

RECADO — Como é sabido, são críticas as relações entre o PR e o comandante Almeida Costa, conselheiro da Revolução, com posições consideradas próximas do PSD. Por isso, causou surpresa o convite que Ramalho Eanes endereçou a Almeida Costa para um almoço. Tratar-se-á de um simples recado para Sá Carneiro ou a iniciativa de Eanes terá objectivos mais amplos?

INTERCALARES — Colaboradores do PR e alguns conselheiros da Revolução mostraram-se, como é já do conhecimento geral, bastante surpreendidos com os resultados das intercalares, pois sempre esperaram que não se encontrasse maioria parlamentar, mantendo-se o impasse existente. Furadas as contas «cientificamente elaboradas, consta que esses Conselheiros e colaboradores têm sugerido ao Chefe do Estado uma solução que assente no PS como partido isoladamente mais sufragado... É claro que para isso será necessário que surtam efeito as diligências já efectuadas no sentido de descolar os Reformadores da AD.



Enquanto em todo o País se desenvolvia a fase derradeira da campanha eleitoral para a escolha dos deputados que terão assento na Assembleia da República nos próximos dez meses, realizava-se no Exército — com a discrição castronice que se vai de novo fazermente tornar habitual — o escrutínio da 2.ª volta das eleições para os Conselhos das Armas e Serviços daquele ramo das FFAA.

A votação teve lugar antes da data das eleições intercalares, mas os resultados só foram conhecidos do grande público (vidé «Tempo» de 6 de Dezembro) alguns dias depois, prova provada de que os vendedores destas eleições militares têm pela democracia e pela sociedade em que se inserem o respeito que elas efectivamente merecem, bem diferente do daqueles outros (os vencidos) que procuraram logo empolar o episódio, discutível e reduzido avanço que tinham obtido na 1.ª volta, para daí perspectivarem conclusões políticas que pudessem influenciar a votação popular de 2 de Dezembro.

CONSELHEIROS QUE... «ACONSELHAM»

Ainda no tocante às eleições para a Assembleia da República foi também notória a concertada actuação de 5 (cinco) Conselheiros da ala dita «meloantunista» do CR que vieram a público — no mesmo dia 30 de Novembro (a escassas 48 horas do acto eleitoral) e de forma perfeitamente sincronizada através da utilização de diferentes jornais — prestar declarações de cariz essencialmente político, «aconselhando», em desespero de causa, o povo a votar no 25 de Abril (delest).

FORÇAS ARMADAS

Tempo de eleições

13. Dezembro. 1979

Tempo

A manobra foi, desta feita, tão evidente — e até ridícula — que, se algumas dúvidas ainda restassem aos Portugueses quanto às verdadeiras motivações daqueles militares-políticos (que procuram, de há muito, assumir-se como verdadeiros expoentes do sentir e do querer das FFAA), elas teriam ficado, agora, completamente dissipadas.

De facto, desde Melo Antunes (em «O Jornal») até Vasco Lourenço (no «Portugal Hoje»), passando por Martins Guerreiro («Diário de Lisboa»), Franco Charais («Jornal de Notícias») e Pezarat Correia («Diário Popular»), todos os depoimentos e entrevistas — dignos, aliás, de análise mais exaustiva do que a que nos é possível fazer — se caracterizaram pelo mesmo tom monocórdico que ressalta da uniformidade doutrinária, da coerência das intenções e da mesma pobreza de argumentos mobilizadores a que já nos fomos habituando.

Mas, se Pezarat Correia, através das críticas directas e mordazes, que fez à Igreja Católica e aos seus Bispos ainda terá a desculpa de procurar fazer ressaltar as FFAA como modelo de isenção e apatidarismo face ao processo eleitoral, que diz da «isenção» de Vasco Lourenço ao apelar os candidatos da Aliança Democrática de «novos discípulos de Salazar e Caetano» dizendo esperar que o Povo não vote neles?

Com tal atitude, o versátil e discutido Conselheiro infringe, uma vez mais, as normas constitucionais e disciplinares por que se regem os militares — os elementos das FA Portuguesas... não podem aproveitar-se da sua arma, posto ou função para impor, influenciar ou impedir a escolha de uma determinada via política democrática

sultados destas eleições (chegando mesmo a envolver pelos caminhos da ameaça e da retaliação — de Vasco Lourenço também a frase a vitória dessas forças poderá dar origem a novas confrontações entre portugueses, novas situações de grandes perturbações sociais...)

Como terá acontecido, aliás, com a participação que o general Pedro Cardoso apresentou, há já alguns meses, devido a uma célebre carta «secreta» em que Vasco Lourenço atacava os comandos superiores do Exército.

Assim, enquanto o CR entrou autenticamente em pânico com os re-

18 DEZEMBRO 1979

Actividade sexual do Presidente Eanes discutida em tribunal



É óbvio que a caricatura é uma forma de humor que vive do exagero.

É óbvio que o caricaturista, para atingir o seu objectivo, tem de *exagerar* o seu desenho, sob pena de, se o não fizer, estar a retratar e não a caricaturar.

É óbvio que o humorista, pelas mesmas razões, tem que forçar as situações, que as carregar, que as alterar, enfim, que as tornar salientes: cómicas ou ridículas.

É óbvio que a irreverência, a exploração do ridículo, por vezes uma certa dose de desrespeito, são armas legítimas e normais do humorista.

É óbvio ainda que o humorismo é algo que se destina a pessoas que consigam e saibam rir. Sendo igualmente óbvio que quem não dispõe do mínimo senso de humor não deve dedicar-se a ler álbuns de humoristas. Nem a apreendê-los. E muito menos a mover-lhes processos.

É óbvio que é este caso "óbvio" que está a ser julgado no Tribunal da Boa Hora na pessoa do nosso colaborador Augusto Cid.

Dizem os autos que o autor apelidou o presidente Eanes de "mediocre, frustrado, infeliz, solitário, mal encarado, sem vontade própria, ignorante, animal de carga, insinuou não ter vida sexual, demonstrando, ainda, o propósito de pôr a ridículo o Chefe de Estado". Todos estes "crimes" teriam sido cometidos por Cid no seu livro "Superman", apreendido logo após o seu lançamento.

É patente, e isso tem sido asseverado por várias testemunhas da craveira de uma Natália Correia, de um jurista e especialista em direitos humanos como António Maria Pereira ou de um "profissional de humor" como o prestigiado actor Henrique Santana, que Augusto Cid é um artista de uma qualidade excepcional com um humor que nunca cai na piada soez ou no insulto.

Mas vejamos algumas das acusações que são imputadas ao nosso colaborador Cid:

Eanes, o nosso "Superman", acaba de chegar à terra numa nave espacial. Cai num campo onde labuta a família Patolas que virá a adoptá-lo. Eanes, com a estranha forma do herói da banda desenhada e do cinema, atira a mula pelos ares e puxa ele mesmo o arado.

Que se chama animal de carga ao sr. Presidente! — grita a acusação.

É claro que cada um pode interpretar as coisas ao seu gosto — ou como pode e sabe —, mas parece forte. Quem conhece o "Superman" das histórias aos quadradinhos, quem o viu, recentemente, no cinema, está habituado a imaginar o herói a puxar, empurrar ou a levar pelo ar os mais diversos objectos. Cid escolheu um arado, provavelmente por achar isso mais engraçado do que pôr Eanes a empurrar um comboio.

Já agora, meus senhores, um animal que puxa um arado é um animal de tiro (sem ofensa para os militares) e não um animal de carga — como ali se dis-

se da dita (Constituição, entenda-se) que se refere "aos actos próprios".

Aqui d'el Rei! Pariu aqui a galega! A acusação, furibunda, atira-se de novo, a Augusto Cid!

Que este insinua que "o sr. presidente não tem vida sexual própria", diz o Ministério Público. Que sim, corrobora o juiz.

Será! A nós parece-nos mais evidente que no primeiro "boneco" se foca a rigidez do perso-

nagem que o afasta do procedimento vulgar. No segundo parece evidente que Eanes se cansa tanto com o volumoso fardo que transporta que não tem forças, nem mãos, para mais nada.

Se se fala em "actividade sexual" é como ingrediente de humor. O tal ingrediente de que o humorista carece para ter piada.

De resto, a inexistência de vida sexual não tem, em si, nada de ofensivo. Muitos santos, o

clero em geral — como o reconheceu o próprio juiz — não têm actividade sexual. Que o "Superman" Eanes não a tenha, ou não a assuma, não parece ofensivo. Cada um agarra-se ao que quer. De resto, a existência, assinalada no livro, de um rebento do "Superman" chamado "espírito de Bissau" deveria afastar todas as dúvidas quanto à pretensa insinuação. Referimo-nos ao "boneco" da página 133 que retrata Eanes a desembarcar em Bissau com a mulher. Um pretinho corre para ele, braços ao alto, gritando, alegre, eufórico, quase gozão: *Papá!*

Este desenho que o digno Procurador estranhamente ignora, poderia, aliás, basear-se numa lenda, cuja origem remonta aos tempos em que o personagem teria andado pela Guiné, em esforçadas aventuras, de arma em riste. Diz a lenda que, de tal modo se houve o nosso herói nos combates corpo a corpo ali travados com o gentio e também com uma "gentia", que deles resultaram nítida a prova da sua eficácia sexual.

Dos epítetos como "frustrado, mal encarado, infeliz, solitário" e outros, que Cid teria utilizado, parece que, também, o melhor é não falar. Todos nós andamos a ver o personagem da sua obra há tempo demasiado para não termos já uma opinião formada. E todos os dias ouvimos no metro, no autocarro, nos cafés, nos cinemas, nos teatros, nas recepções, na rua, no emprego e por todas as bandas onde se juntam pelo menos dois indivíduos, coisas muito mais graves. Assim sendo, ou botam um polícia político à ilharga de cada um de nós, ou o homem que tão mal reage à incontestável graça de um dos nossos melhores humoristas corre o risco de acabar esgarçado por gente do calibre de um qualquer pretensio humorista, tipo "não sei quê" Vilhena, cuja desbragada pornografia e sórdido insulto não amofinam, nem ao de leve, o delicado espírito de Sexa, o Procurador.

Daí que se estranhe que um presidente de uma república ordene, autorize ou consinta que os seus serviços movam processos judiciais a um "cartoonista" que, com indesmentível graça e excepcional nível, politicamente o satiriza.

Nem é aceitável também que a Justiça tenha de "gastar-se" em julgamentos deste tipo, tentando, durante longas horas, esgrimir no campo objectivo, com o autor de um trabalho que se situa num plano subjectivo. Este julgamento é que parece uma anedota de péssimo gosto e como tal está já a ser julgado no sorridente mas implacável tribunal da opinião pública.

Isto para não falar de um juiz que parece sentir-se obrigado a substituir a acusação (aliás, presente e actuante), a furtar-se a evidências inconvenientes, a recusar comprometedoras, como foi o caso da negativa desesperada que opôs à verificação do "corpo de delito", em cujas páginas, burocrática e pouco inteligentemente, alguém apusera o carimbo da Assessoria da Presidência da República, revelador da origem do processo.

se. De carga só os que "alombam", como nós.

Algumas páginas à frente, o pai Patolas oferece "Os Lusíadas" a Eanes quando este parte para a guerra. Aparentemente, Eanes não sabe quem é Luís de Camões. Logo, o sr. presidente é um ignorante e a acusação, na sua intransigência — famoso dizer, na sua falta de humor —, claro que acusa. Que raio! Então não se percebe o gag?

Mas o grande problema aparece a páginas 47 e 111.

No primeiro, Eanes passeia-se numa carroça acompanhado por uma jovem. Esta, à vista de um aprasível e solitário recanto de um rio, começa a despir-se, desafiando o nosso "Superman" para... uma banhoca.

Lá por coisas dele, Eanes não percebe bem a ideia. Enfim!

No outro desenho, o casal Eanes está no tálamo conjugal. Enquanto o nosso "Superman" se agarra (como sempre) à bem amada... Constituição, a mulher sugere-lhe que consulte um arti-



Isto para não falar no clima de antigo "plenário" político que na Boa-Hora se está a viver, mau grado as gargalhadas que por vezes irrompem de assistência perante o grotesco de algumas situações.

Para não falar desta pátria da liberdade abrilina onde o poder se sente ao abrigo de toda a crítica e exige, de todos nós, uma permanente posição "de côco-ras" ante os iluminados que se dignam dirigir-nos.

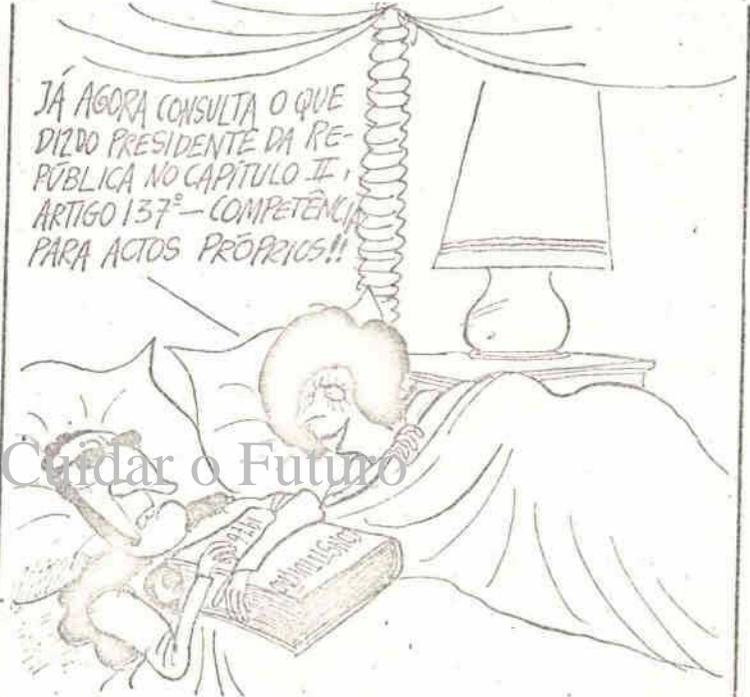
Afinal, que raio de democracia é esta? Que liberdade nos foi dada? Ou, como pretendem por aí certas forças obscurantistas, estes são os reais frutos das democracias libertárias?

Se o país se afunda numa vergonhosa bancarrota, se vivemos tempos de corrupção, de nepotismo, vergados a um poder discricionário e zarolho e nos é negada até a liberdade de ao menos nos rirmos dos responsáveis por este estado de coisas, que é que de positivo nos trouxe a cravejada revolução?

No momento em que este jornal entra nas máquinas, o julgamento decorre no Tribunal da Boa Hora. Estão, neste momento, a depor como testemunhas Vera Lagoa, Manuel de Portugal, Carlos Macedo e Nuno Nazareth Fernandes.

Qualquer que seja a sentença, na próxima semana voltaremos a este caso. Porque é a liberdade (e a dignidade) de todos nós que isto põe em causa.

E "O Diabo", que neste momento sofre o peso de mais de uma centena de processos e de quem Augusto Cid é antigo e brilhante colaborador, tem, evidentemente, nova palavra a dizer.



Testemunha levanta hipótese de Eanes ser vítima de manobra

A hipótese do general Ramalho Eanes não se ter sentido ofendido pelo livro "O Superman" e estar, assim, a ser vítima de uma manobra para denegrir a imagem do Presidente da República e impedir a sua recandidatura, manobra com eventual origem num dos seus colaboradores de Belém, foi ontem posta em pleno tribunal pelo conhecido cronista Manuel de Portugal, de seu nome Henrique de Penha Coutinho, no julgamento que está a decorrer na Boa Hora do autor daquela obra. Testemunha arrolada pela defesa, Manuel de Portugal admitiria, portanto, que se esteja em presença de um "Watergate" português, tanto mais que o livro em si até vem beneficiar, na sua opinião, quem tem poderes

que podia usar para resolver os problemas do povo deste País.

A audiência de ontem, a terceira, seria no entanto mais marcada pela monotonia do que pela vivacidade das duas únicas testemunhas ouvidas. Tal fica a dever-se quase exclusivamente ao juiz Adriano Queiroz Ferreira, o qual, para além de certa dificuldade de expressão, se mostrou de uma insistência exaustiva e repetitiva em pequenos pormenores. Como exemplo da extrema morosidade que imprime ao julgamento, refiram-se os problemas levantados pela inclusão de um "sic" — vocábulo latino... ditou —, para não falar das várias vezes que perguntou a outra testemunha, Vera Lagoa, qual teria sido o móbil de Augusto Cid para ter feito o seu "Superman".

Com efeito, Maria Armanda Falcão seria a segunda e última testemunha a ser ouvida ontem, das quatro que ainda faltavam. Hoje, com início às 14 e 30, o julgamento prosseguirá já na sua quarta audiência, calculando-se que sejam então finalmente ouvidos Nuno Nazareth Fernandes e o dr. Carlos Macedo, seguindo-se as alegações finais. Depois, será preciso aguardar pela leitura

da sentença no 7.º Juízo Correcional, onde está a decorrer o julgamento, leitura da sentença que tanto poderá ser ainda logo à tarde, como marcada para outro dia.

O CIRCO EM QUE VIVEMOS

Nas suas respostas ao patrono do réu, dr. José Miguel Júdice, Vera Lagoa não só considerou que o livro em causa se limitava a ser uma obra de humor em que não descortina qualquer intenção de injuriar o Presidente da República, como quis terminar fazendo votos para que em Portugal não se voltem a sentar jornalistas nem artistas no tribunal. Aliás, no seu entender, o próprio julgamento é que contribui para denegrir o general Ramalho Eanes, e não o "Superman", promovendo até internacionalmente o seu autor.

Ainda na fase das formalidades, o desentendimento patente ao longo da sua presença em tribunal entre Vera Lagoa e o juiz viria logo a dar ao a risos entre a assistência pelo caricato de que se reveste todo este processo. Com efeito, o juiz queria incluir nos dados biográficos de Maria Armanda Falcão que a directora do "Diabo" era conhecida no meio artístico e literário como Vera

Lagoa. Perante um público perplexo, a testemunha recusaria evidentemente o primeiro termo, não por falta de respeito pelos artistas, mas porque sempre foi só jornalista. Isto apesar de reconhecer que vivemos realmente num circo...

Referindo por mais de uma vez a sua falta de experiência como testemunha — só tem comparecido em tribunal como ré — Maria Armanda Falcão foi interrompida diversas vezes pelo juiz, com base numa suposta extrapolação da matéria em causa. Mesmo assim, a testemunha conseguiria contar — a propósito de um dos epítetos com que a acusação diz ter sido classificado o general Ramalho Eanes: mal encarado — parte de uma conversa com o actual Presidente da República, em Bona.

Durante a visita do general Ramalho Eanes à capital alemã, Vera Lagoa teve um encontro com o Presidente, em que este lhe terá dito textualmente: "Eu tenho uma cara de pau, mas tenho um coração e sofro com o povo português". Abstenendo-se de citar mais algum pormenor dessa conversa, demonstraria desta forma que, inclusivamente, o próprio Presidente da República reconhece aquela sua característica.

o Diabo

18 DEZEMBRO 1979

Fundação Cuidar o Futuro

Gouveia I

O óbulo do Conselheiro

Os senhores conselheiros da revolução que temos foram de longada até terras de Gouveia. Viagem de turismo, de promoção pessoal e da dos amigalhões do senhor Marinho da Mãozinha Fechada.

Em Folgozinho o senhor conselheiro Vasco Lourenço fez figura de larga generosidade. Encantado com as belezas da região, o conselheiro resolveu contribuir para o progresso da simpática terrinha.

E zás! Num gesto largo ofereceu 50 contos para o rancho folclórico da dita. Tal como os morgados do antigamente quando queriam ficar bem vistos.

Só que os morgados ofereciam dinheiro do seu bolso e, muitas vezes, arruinavam-se com isso. Será esse o caso do conselheiro Vasco?

Gouveia II

O jogo dos Conselheiros

Os senhores conselheiros que não temos culpa de ter (se calhar até temos) não se limitaram a passear por terras de Gouveia.

Numa tentativa pífia de darem nas vistas e fazerem ares de simpáticos, até organizaram um joguinho de futebol. Contra eles alinharam os rapazinhos da APU e do PS lá da terra. Segundo um nosso analista, é esta a única forma de os conselheiros se oporem à coligação de esquerda, que já foi maioritária. Pouco inteligente foi os rapazes comunistas e súcias revelarem o seu jogo e aparecerem, mais uma vez, lado a lado, com a bênção conselheiral.

Ao que consta, o joguinho tinha por fim relançar o presidente da Câmara para mais um mandato.



MISTO APU-PS CONTRA CR

O PRIMEIRO DE JANEIRO
15 de Dezembro de 1979

Tempo

13. Dezembro. 1979

Realizou-se no campo de jogos do Farvão, em Gouveia, um desafio amigável de futebol entre uma equipa constituída por elementos da APU e do PS e uma outra formada pelos Serviços de Apoio do Conselho da Revolução, conselheiros Vasco Lourenço, Pizarat Correia, Martins Guerreiro e Sousa Castro e, ainda, por vários sargentos que trabalham naquele órgão, que propositadamente se deslocaram de Lisboa.

No final, entre os participantes do encontro houve cordial confraternização.

FORMOSINHO — Os conselheiros da Revolução Vasco Lourenço, Francô Charais e Sousa e Castro têm sido visitantes assíduos, nos últimos fins-de-semana, do pároco (progressista, dizem) de Formosinho (Ceorico da Beira), que é a terranatal de Feres Veloso. A população interroga-se, mas Feres Veloso não está nada admirado, garantem-nos.

20 Cm 16.12.79

Socialistas e Comunistas contra o CR

PORTO — O PS coliga-se com a APU para enfrentar o Conselho da Revolução.

Não se trata, como o leitor incauto poderia supor, de nenhuma estratégia política em perspectiva, que aliás seria absurda, mas do que, num plano meramente desportivo, aconteceu em Gouveia,

onde um misto de futebol constituído por militantes locais do PS e da APU enfrentou, em rija peleja, uma selecção formada por elementos dos Serviços de Apoio do Conselho da Revolução, reforçada pelos conselheiros Vasco Lourenço, Pizarat Correia, Martins Guerreiro e Sousa e Castro e por um grupo de sargentos que trabalham naquele órgão de soberania, idos expressamente de Lisboa.

A notícia do encontro, que se realizou no campo de jogos do Farvão, veio publicada na edição de ontem de «O Primeiro de Janeiro», não adiantando, porém, o matulino portuense mais pormenores, senão que, finda a partida, os jogadores de ambos os lados se reuniram num banquete de confraternização.

O que, embora verdade constitui um lapso lamentável, já que seria do maior interesse saber algo mais dessa original jogo: se a «maioria de esquerda» se entendeu bem, se houve árbitro e quem, se os apolíneos conselheiros estiveram em boa forma e, sobretudo se — como é normal em futebol — houve «score» ou se, ao contrário, tudo se resumiu a uma inocente «festa em família».



Franco Charais

Ataques ao CR são «slogans» políticos

A afluência de conhecidas personalidades políticas à Gulbenkian era diminuta às primeiras horas da madrugada. Cerca da meia-noite apenas o brigadeiro Franco Charais se encontrava presente, além de elementos menos relevantes de vários partidos.

Franco Charais declarou a «Portugal Hoje» considerar estas eleições importantes na medida em que completam e se inserem no quadro constitucional e pelo facto das autarquias irem dispor pela primeira vez de finanças próprias.

Quanto às relações entre o CR e a actual maioria parlamentar disse aquele membro do Conselho da Revolução que elas se inserem no quadro constitucional. Por outro lado, afirmou-nos não

ser possível acabar com o CR em Março de 1980, na medida em que isso criava um vazio jurídico.

«Qualquer Governo, seja da AD ou não — lembrou — terá de ter em conta a existência do CR até que possa ser constitucionalmente substituído.

«A acção fiscalizadora do Conselho manter-se-á normalmente face ao Governo e à Assembleia da República e nenhum executivo pode pôr em causa o próprio regime jurídico em que se move.»

Os ataques ao CR foram considerados pelo brigadeiro Charais como slogans políticos.

«Não sou bom em futurologia — disse, quando indagado se pensava haver consonância entre

a maioria parlamentar e a maioria autárquica. — Mas o povo português traçou irreversivelmente o caminho da democracia e do progresso».

Diário de Lisboa

Quinta-feira, 13 de Dezembro de 1979

POR PEDIR PARA OUVIR O "GRANDOLA"

Reduzida a pena a Carlos Clemente

O brigadeiro Neves Adelino, comandante da Região Militar Centro, reduziu a pena que fora aplicada ao capitão Carlos Clemente, de três dias de prisão disciplinar para três dias de detenção.

No entanto, não se verificou nenhuma alteração na acção feita àquele oficial, cujo crime seria o de ter pedido para que, numa festa do Regimento de Infantaria de Abrantes, onde está colocado, se tocasse a canção de José Afonso «Grândola, Vila Morena». Neves Adelino reconhece que a canção é um símbolo do 24 de Abril, mas acentua, na resposta ao recurso do capitão Carlos Clemente, que «a sua interpretação pode gerar controvérsia».

A primeira pena foi aplicada ao ex-chefe de gabinete de Vasco Lourenço quando este foi comandante da Região Militar de Lisboa, pelo comandante da unidade e foi entretanto cumprida.

Carlos Fabião: terceira vez preterido na promoção

Os tenentes-coronéis Carlos Fabião, antigo governador da Guiné (logo após o 25 de Abril) e chefe do Estado-Maior do Exército, Sacramento Marques, antigo subchefe do Estado-Maior do Exército e Artur Baptista, antigo chefe do Estado-Maior do COPCON, voltaram a ser preteridos nas listas de promoção de Infantaria, que, a serem ratificadas pelo actual chefe do EME, general Pedroso Cardoso, terá como consequência a preterição definitiva daqueles oficiais, visto ser a terceira vez que tal acontece.

Em idêntica situação encontram-se o tenente-coronel Blasco Gonçalves, que comandou o Batalhão de Infantaria de Chaves, o major Vinício de Sousa, que esteve colocado no Regimento de Infantaria das Caldas da Rainha e o capitão Carvalho Torres, que foi delegado do MFA no Regimento de Infantaria de Abrantes.

Alguns sectores consideram que estas preterições, a concretizarem-se, se inscrevem «na linha de sanear, pela via administrativa, passando-os à reserva, os oficiais que a

hierarquia não conseguiu afastar por processos legais».

A homologação da lista, após parecer do Conselho Superior do Exército, significa o fim da carreira militar daqueles oficiais, e segundo os mesmos sectores «as preterições são feitas com base em pseudo-conceitos ético-profissionais, não só à margem do que está regulado no Estatuto do Oficial do Exército, mas também com flagrante desprezo pela Lei da Amnistia».

Diário de Lisboa

Quinta-feira, 13 de Dezembro de 1979

Limitada a acção das CTs nos estabelecimentos fabris das Forças Armadas

«Os trabalhadores dos estabelecimentos fabris militares, os seus sindicatos representativos e comissões de trabalhadores lutarão, por todos os meios legais ao seu alcance, pelo pleno reconhecimento dos seus direitos e garantias, o que implica a imediata revogação do despacho em causa e a aplicação sem reservas da lei sindical e da lei das CTs».

A afirmação é da responsabilidade do secretariado das CTs daqueles estabelecimentos fabris e de diversas organizações sindicais (metalúrgicos, têxteis, farmacêuticos, etc.), que divulgaram um comunicado à imprensa a propósito de um despacho conjunto dos chefes dos três Estados-Maiores das Forças Armadas que limita os direitos das comissões de trabalhadores naquelas unidades industriais (pessoal civil).

Segundo o documento das organizações representativas dos trabalhadores, as normas agora estabelecidas têm carácter ilegal e inconstitucional.

Por um lado, «a Constituição reconhece, sem qualquer discriminação, a todos os trabalhadores portugueses a liberdade sindical, os direitos sindicais e os direitos de organização e acção colectiva através das comissões de trabalhadores», princípios que o despacho não respeita.

Por outro lado, são também violadas diversas convenções da OIT ratificadas por Portugal (liberdade sindical, direitos de organização e acção colectiva, proibição da discriminação no trabalho), que valem como leis da República.

Numa primeira análise do referido despacho, as organizações subscritoras do comunicado concluíram que ele, na prática, impede o exercício da liberdade e dos direitos sindicais; limita e descaracteriza o direito de constituir comissões de trabalhadores; restringe e anula atribuições, competências, direitos e garantias constitucionais e legalmente reconhecidos às CTs; viola a sua autonomia e independência; atenta contra a liberdade de organização e regulamentação das CTs; etc.

«O aspecto fundamental da questão é o seguinte: as entidades que emitiram as referidas normas pressupõem (...) que os trabalhadores civis dos estabelecimentos fabris militares são membros das Forças Armadas (...) Mas o certo é que os trabalhadores em causa não são membros das Forças Armadas. (...) Por alguma razão a esses trabalhadores nunca foi atribuído um posto militar, nem as prerrogativas, nem os deveres, nem os direitos que pertencem aos militares» — afirma-se no mesmo comunicado.





É PRECISO JULGAR OS TRAIADORES!

Entregue esta semana na PJ queixa formal contra os responsáveis pela cedência do Ultramar

Um grupo de cidadãos portugueses assumindo representação nacional vai entregar na Polícia Judiciária uma acusação formal contra os intervenientes no processo de entrega do Ultramar português — a que eufemisticamente, os responsáveis por tão criminoso e ignóbil acto chamam de "descolonização exemplar".

Entre os promotores desta acção judicial figuram o engenheiro Luís Aguiar, autor, entre outros, do "Livro Negro da Descolonização"; os generais Silvino Silvério Marques, Kaúlza de Arriaga, António Augusto dos Santos e Adriano Augusto Pires e o brigadeiro Serrano Canto e Castro.

Sobre esta acusação, a entregar na PJ, esclareceu-nos o engenheiro Luís Aguiar que "o propósito agora levado a efeito estaria há já bastante tempo nas intenções de muita gente, que não quer consentir que crimes monstruosos como este fiquem para sempre impunes. Não houve passividade do Povo Português. Por certo que havia a convicção de que os responsáveis pela entrega do Ultramar tinham procedido com cobertura legal".

Segundo o engenheiro Luís Aguiar, "eles detinham todo o aparelho de Estado, tinham posições privilegiadas na Junta de Salvação Nacional e podiam, por esse facto, fazer leis para terem a cobertura legal que lhes faltava..."

Quanto ao problema jurídico, "o caso é muito simples: o Ultramar constituía uma parcela do território nacional e, por consequência, seria o Povo Português, e não o aparelho de Estado, quem deveria ser consul-

tado — pois é ao Povo que cabe a titularidade da soberania. No entanto, nunca as populações foram consultadas. O dolo deste crime resulta ainda do facto de, na Constituição, não existir qualquer tipo de distinção entre as parcelas do Ultramar e as da Metrópole. Portanto, alinear Moçambique, Angola, Guiné ou Timor era a mesma coisa que alienar os Açores, a Madeira ou o Algarve. O próprio Almeida Santos declarou que todos aqueles que intentassem separar

os Açores do Continente infringiriam o disposto no artigo 141.º do Código Penal, que tutela a integridade e a independência do País. A Lei 7/74 veio permitir que, através de uma consulta às populações do Ultramar, se pudesse decidir dos laços que as uniam à Metrópole. Como nunca foi feita essa consulta, incorreu-se, então, na prática fraudulenta da lei e das normas constitucionais".

Ainda segundo o engenheiro

Luís Aguiar, "neste processo não se teve a preocupação de visar alguém em especial. São apontados, no entanto, como presumíveis culpados Mário Soares, Almeida Santos, Costa Gomes, Melo Antunes, Vítor Crespo e Rosa Coutinho — indivíduos que não só assinaram documentos comprometedores, pelos quais se deu a prática do crime, como fizeram toda uma promoção para alcançarem os objectivos que se propunham levar a cabo.

Roça o caricato a situação em que nos encontramos.

Mais de quinze dias depois de o País ter dito claramente, e sem margem para qualquer equívoco, por quem deseja ser governado, o Executivo de Maria de Lurdes Pintasilgo continua em funções plenas, não manifestando a Primeira-Ministra qualquer pressa em apresentar o seu pedido de demissão.

Por seu lado, o Presidente da República aguarda que se recontem os votos

18 de Dezembro de 1979

de 2 de Dezembro e parece que só perante a sua publicação na folha oficial iniciará contactos com as forças políticas e o Conselho da Revolução com vista a estudar a possibilidade que chefiará o VI Governo Constitucional.

Não haverá aqui excesso de burocracia?

Claro que uma situação deste tipo será impensável num país democrático como a Grã-Bretanha, por exemplo, onde, no próprio dia em que os resultados eleitorais são divulgados pelos meios de comunicação social, o Primeiro-Ministro, se pertence ao partido vencido, se apressa a apresentar o seu pedido de demissão à rainha, a qual imediatamente encarrega o «leader» do partido vencedor de formar Governo.

de posição já conhecida mas não tornada pública de alguns dos militares com assento no CR que, nos últimos dias, mais activamente se têm debruçado sobre o assunto, realizando, até, consultas em áreas partidárias da futura oposição ao VI Executivo.

Embora se tenham revelado infrutuosas as diligências que ontem fizemos para recolher de diversos conselheiros uma opinião ou qualquer informação acerca deste assunto, adiantamos poder ser considerada

desde já como mais que provável a decisão de vários dos membros do Conselho da Revolução de fazerem saber ao sr. Presidente da República que se opõem (se ela vier a efectivar-se) à iniciativa de se pretender fazer ocupar por uma individualidade civil e partidária a gerência da pasta da Defesa, pelo menos (acentua-se, de acordo com os elementos que obtivemos), até que, concluída a próxima revisão constitucional, se opere a completa subordinação do sector militar ao poder civil e democrático.

o TARDE

Mas, em Portugal, é assim, o que bem define o estilo de democracia em que vivemos: uma «democracia» em que o poder de decisão última se encontra nas mãos de um órgão não-democrático (o Conselho da Revolução), o qual, segundo foi posto a correr nas últimas horas, vetará a indicação do nome de um civil para a pasta da Defesa Nacional...

Temos, realmente, muito caminho a percorrer antes de ver concretizada a aspiração popular de viver em democracia plena.

E não se diga, como temos lido em certos jornais, que «a direita» (como eles chamam à Aliança Democrática) tem pressa de governar. Acontece que o mais elementar senso democrático teria obrigado o Executivo Pintasilgo a suspender funções legislativas há duas semanas. E o Presidente da República, atento o facto de as eleições terem garantido uma maioria absoluta no Parlamento, imediatamente deveria ter incumbido o dr. Sá Carneiro de formar Governo.

* TRIBUNA — Terça-feira, 18.12.79

Hipótese de um civil no Ministério da Defesa terá a oposição do CR

A hipótese, aventada por diversos órgãos da Imprensa, de o esperado Governo da Aliança Democrática vir a incluir um civil como ministro da Defesa Nacional (e o nome mais frequentemente citado para ocupar esse cargo tem sido o do eng.º Adelino Amaro da Costa) poderá vir a encontrar forte oposição por parte do Conselho da Revolução.

Uma tal atitude, ainda não formalizada dado que aquele transitório órgão constitucional a não apreciou em reunião plenária, depreende-se da tomada



Visita de Eanes à Zâmbia

A visita de Ramalho Eanes à Zâmbia, no início do próximo ano, está a ser aguardada «com expectativa» naquele país africano, declarou Boniface Zulu, o embaixador zambiano em Lisboa. O diplomata, que sublinhou as «relações amigáveis» existentes entre os dois países, adiantou que durante a visita do Presidente da República portuguesa iriam ser discutidos problemas relativos à cooperação e que nessa ocasião seriam assinados acordos que classificou de «histórica».

Boniface Zulu salientaria também o facto dos dois países terem uma compreensão «muito cordial» das posições de ambos relativas a certos problemas de ordem internacional «tais como na África Austral e Médio Oriente» e precisou, no domínio cultural, a atenção dispensada pela Zâmbia à língua portuguesa o que justificou pelo facto de o português ser também falado por «dois dos maiores amigos da Zâmbia, Moçambique e Angola».

O embaixador declarou também esperar que «as relações comerciais aumentem gradualmente» e apelou às «firmas e homens de negócios portugueses para que invistam os seus capitais em projectos na Zâmbia», acrescentando por outro lado que o seu país «apesar de presentemente enfrentar tempos bastante difíceis devido aos seus princípios e posições perante as guerras de libertação da África Austral, continua a progredir e a dar prioridade à instrução e à saúde, pedras básicas do desenvolvimento».

Recorde-se, entretanto, que a visita do Presidente da República portuguesa à Zâmbia ainda não tem, oficialmente, data marcada. Inicialmente prevista para Novembro passado, a visita foi adiada devido à situação política em Portugal. Julga-se também que Ramalho Eanes aproveitará a sua deslocação à Zâmbia para visitar igualmente a República do Zaire.

Otelo consegue acordos na República de Moçambique

Regressa hoje a Lisboa o major Otelo Saraiva de Carvalho, que esteve durante nove dias em Maputo para estabelecer contactos com alguns Ministérios da República Popular de Moçambique.

Acompanhado de seis pessoas especializadas em pescas, construção naval, têxteis, formação de gestores e indústrias químicas e alimentares, Otelo procurou dar seguimento às conver-

sações que tiveram lugar na capital moçambicana no início de Setembro.

Segundo disse ao correspondente da Agência Anop, foi agora possível ao seu grupo assinar acordos de cooperação técnica e contratos de acessoria para os sectores das pescas, da construção naval e das indústrias químicas e alimentares.

No que se refere a este último sector, adiantou, encara-se a

possibilidade de enviar para Moçambique equipas de cooperantes portugueses por períodos de três a quatro meses, assim como cooperantes individuais.

Estes técnicos poderão auxiliar a indústria de óleos alimentares, bem como ajudar a desenvolver o fabrico de sabão e sabonetes.

Goraram-se, no entanto, os contactos estabelecidos em relação à cooperação em Imprensa, Rádio, Cinema e edição livreira.

TEMPO - 14 DEZ.

OS CONSELHOS DAS ARMAS

No que respeita às eleições para os Conselhos das Armas e Serviços do Exército - de que publicámos já na semana passada, em 1.ª mão, os respectivos resultados - haverá que fazer uma sucinta interpretação, pois que os nomes dos oficiais eleitos, salvo raras excepções, são desconhecidos do grande público.

Nas Armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria há a salientar o facto de, pela primeira vez desde 1975, a linha afecta ao «tal» CR não ter conseguido eleger um único dos seus elementos! O mesmo não aconteceu, todavia, na Arma de Engenharia onde a maioria dos eleitos é considerada politicamente comprometida, incluindo alguns elementos conotados como «gonçalvistas», como seja o major Sousa Lobo, que foi chefe de Gabinete de Vasco Gonçalves quando este era Primeiro-Ministro.

Apesar disso - designadamente pela reduzida expressão quantitativa desta última Arma face às restantes - pode concluir-se que também estas eleições se saldaram por uma esmagadora derrota da ala meloantonista do CR, que ansiava por um resultado que desanuviasse as perspectivas, bem como risonhas, que o dealbar de 1980 lhe aponta...



Documento revela que industriais subsidiam cinco jornais diários

Portugal HOJE

Domingo, 16 de Dezembro de 1979

Uma autêntica «União dos Interesses Económicos», que integra industriais de Lisboa e do Porto, está a financiar directamente determinados jornais afectos à «Aliança Democrática»: «A Tarde», «O Dia», «O Correio da Manhã», o «Primeiro de Janeiro» e «O Comércio do Porto». O apoio — que monta já a muitos milhares de contos — é feito de três formas: canalização de publicidade para aqueles jornais, em prejuízo dos restantes; subsídios directos, cujo depositário central é o advogado lisboeta João Morais Leitão; apoio a uma melhor distribuição daqueles jornais. O documento em causa (ontem revelado em primeira mão pelo «Diário Popular») enumera os capitalistas promotores da operação: Bernardo Mendes de Almeida (Conde de Caria), Afonso Patrício de Gouveia, João Vaz Guedes, Jaime Lacerda, Jorge Amorim e Sérgio Teixeira de Queir'os.

Encontramo-nos perante uma escandalosa intromissão do poder económico no sector da comunicação social, com objectivos politicamente inconfessáveis: manipulação da opinião pública (principalmente «nesta época conturbada de eleições»), como escreve o próprio presidente da Associação Industrial Portuguesa, desacreditamento do regime democrático do 25 de Abril, com a consequente recuperação dos privilégios perdidos; asfixia económica da imprensa não afectada à AD («Prestamos apoio aos jornais que nos interessam»); e constituição de grupos de pres-

são sobre a actividade de órgãos de soberania, designadamente o Presidente da República, o Conselho da Revolução e, naturalmente, o Governo cessante de Lúrdes Pintasilgo.

O documento é subscrito pelo secretário-geral da Associação Industrial Portuguesa, que apela à participação de um maior número de empresários (neste momento são somente 30) e ao alargamento dos capitais já entregues. Para o efeito, mobilizaram também a Associação Comercial e Industrial Portuguesa e promoveram diversas reuniões no Norte, pressionando os empresários

filiados a contribuírem para o «bolo».

Registe-se que em vários países da Europa Ocidental a prática deste tipo de subsídios directos a meios de comunicação social é proibida por uma apertada legislação, que tem em vista defender a importante contribuição da

imprensa para a formação da opinião pública numa sociedade democrática. No nosso País, os jornais acima referidos sempre protestaram a sua independência em relação ao poder económico (o director do «Correio da Manhã» ainda recentemente garantia nada ter a ver com o Conde de

Caria) e têm-se distinguido pela contestação do estatal às empresas do sector público de comunicação social, apoio esse que, segundo o seu ponto de vista, favorece aquelas empresas em prejuízo da imprensa privada. E agora, perguntamos nós, quem favorece quem?

Fundação Cuidar o Futuro



O Presidente do Conselho Directivo da RTI (Radiotelevisão Independente) entende que estão reunidas as condições sócio-políticas para que o projecto dessa sociedade cooperativa se tome uma realidade a partir do próximo ano.

Durante uma assembleia-geral extraordinária de sócios, que decorreu num hotel de Lisboa, Tomás Rosa disse deparar-se-lhes, a partir da conjuntura política saída das recentes eleições intercalares, perspectivas de verem o caminho desimpedido, de forma a dar «aos portugueses algo de diferente nos campos da rádio, da televisão e da imprensa», em termos de independência.

Depois de ter definido o que chamou de nova estratégia a seguir pela RTI no contexto da confiança depositada na conjuntura política que se aproxima, nomeadamente naquilo que ela pode trazer de abertura à comunicação social, o antigo ministro do Trabalho e ex-presidente da

RTP — perante o consenso obtido junto dos sócios presentes na assembleia, que deram um voto de confiança às actividades do Conselho Directivo — manifestou-se convicto de que o projecto da Cooperativa irá, finalmente, para a frente.

Para tanto, salientou, toma-se necessário remover os obstáculos criados pelas actuais disposições legais pendentes sobre a rádio e a televisão.

Existem várias hipóteses de torear o problema, ou obviá-lo, por exemplo através da compra de tempos de antena, por mais ou menos horas — como hoje é possível fazer-se — ou, até, todo o tempo de um canal, nomeadamente no que se refere à televisão.

Os sete pontos previstos na ordem de trabalhos da assembleia foram aprovados pelos sócios presentes, que se viram obrigados a torear o impasse inicial da não comparência de nenhum dos membros estatuta-

riamente eleitos para a mesa da assembleia geral, o que motivou a eleição de uma mesa «AD HOC».

Os responsáveis pelos departamentos de Rádio, Televisão e Imprensa da RTI deram, a seguir a conhecer à assembleia os planos de actividades previstos para 1980, bem como delinearão o trabalho desenvolvido durante este ano.

Em 1979, a RTI passou a operar nos Açores, com tempos de antena no Rádio Clube de Angra e Asas da Liberdade, desenvolvendo depois actividades por intermédio da Emissora das Beiras.

Para o início do próximo ano, conta estar no «ar» nos Estados Unidos e Canadá, graças a contratos estabelecidos com emissoras locais sediadas nas cidades onde existe grande núcleo de emigrantes portugueses.

15.12.79 Cm 17

Foi, ainda, discutido e aprovado um projecto de desenvolvimento da actividade comercial da RTI — na generalidade para benefício dos próprios sócios — focando-se a hipótese de venda de televisores, entre outras. O plenário deliberou dar ao Conselho Directivo poderes para criar, ou não, uma empresa subsidiária dedicada a essas actividades comerciais.



AD vai revogar diplomas do Governo

14-12-79

o jornal

A Aliança Democrática distribuiu, ontem, ao princípio da noite, um comunicado onde depois de se congratular vivamente com a vitória alcançada nas eleições, conhecidos os resultados dos emigrantes, declara, a propósito do actual Governo, que se impõe «que respeite e

acate, sem reservas, o veredicto das urnas, assumindo-se como mero governo de gestão até à posse do novo Executivo e limitando a sua actividade ao despacho administrativo dos assuntos correntes do Estado».

«Assim a Aliança Democrática

desde já declara — termina o comunicado — que submeterá todos os diplomas e resoluções posteriores a 2 de Dezembro a um processo especial de reexame para o efeito de considerar a sua suspensão, revogação ou recusa de ratificação parlamentar.»

Segunda-feira, 17 de Dezembro de 1979

Diário de Lisboa

A cultura é perigosa A "direita" avança para a SEC

Um dos alvos da crítica da «direita», principalmente através de ecos sibilinos e de intrigas sem imaginação, tem sido a Secretaria de Estado da Cultura. A engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo confiou esse posto a um intelectual de reconhecido prestígio: Hélder de Macedo. O secretário de Estado trabalhou. Desbloqueou questões, teve iniciativas, assumiu responsabilidades e como ele próprio disse ao País, através da Anop, considera que o fundamental ficou feito: lançou estruturas.

Mas a «direita» nas suas insídias diárias, matutinas e vespertinas, enquanto adianta nomes de futuros possíveis secretários de Estado da Cultura, intenta diminuir e partidarizar a acção de Hélder Macedo.

Na realidade, Hélder Macedo só nomeou, de raiz, a dr.ª Natália Correia Guedes para a Direcção-Geral do Património e o engenheiro Casanovas para o cargo de secretário-geral da SEC. No IPC limitou-se a preencher lu-

gares vagos de Comissão Administrativa. Para a Direcção do Teatro Nacional não houve nomeações. Os inquéritos que prosseguiram vinham do tempo do secretário de Estado dr. David Mourão Ferreira. E se houve razões para reabrir o inquérito relativo ao Teatro D. Maria, nos casos dos drs. Carmelo Rosa e Fernando Alçada concluiu-se pela improcedência.

Mas registre-se que partiram de um órgão de imprensa, «O Dia», as acusações que determinaram, no tempo do dr. David Mourão Ferreira, a abertura desses inquéritos. E hoje, nas vésperas de uma mudança, é dos sectores da Comunicação Social à «direita» afectos, que se levanta a fúria dos comentários às «nomeações» na Secretaria de Estado da Cultura. Comentários que não se inspiram em critérios de competência, que traduzem apenas uma tendência para a fulanização secreta da Administração Pública e da Cultura.

Cm 17.12.79

BILHETE POSTAL

Seguindo compreensivelmente na esteira do comunistóide «O Diário», que há dias inseria nas suas colunas as mesmíssimas patacoadas, veio agora o estatizado-deles «Diário Popular» (com que autoridade moral?) e o socialístico «Portugal Hoje» (com total sem-vergonha) falar de um «trust» de capitalistas que, segundo eles, estaria a envidar alguns esforços para ajudar economicamente certos jornais. Na lista desses jornais incluem eles — os nossos prezados colegas (!) — o «Correio da Manhã».

Não perderemos tempo com considerações, limitando-nos a desmenti-los categoricamente. O «Correio da Manhã», estejam disso certos os nossos leitores, não recebe subsídios de nenhum grupo capitalista, nem em escudos, nem em rublos, nem em marcos. Felizmente, vende o suficiente para sobreviver (exemplificando: vende cinco vezes mais do que o «Portugal Hoje») e, por isso mesmo, os anunciantes escolhem-no como veículo privilegiado da sua publicidade (exemplificando: insere, todos os dias, seis vezes mais anúncios que o «Portugal Hoje»). E pronto — que com ruins defuntos não se deve gastar cera.

Mas, já agora, arriscamos duas perguntas: qual terá sido a verba que o sr. dr. Mário Soares retirou aos dinheiros destinados à campanha do P.S. para subvencionar a folheta onde diariamente lhe fazem os mais subservientes fretes? E, na referida folheta (na tal que tem «espinha dorsal» mas nasceu já com espinhoso) quantos são, os autênticos jornalistas e quantos são os pretenso-plumitivo-militantes enquadados na redacção?

Vá lá, tenham vergonha, ganhem juízo. Aprendam a fazer jornais, daqueles que o público compra, e talvez depois se libertem destes complexos de inveja desmedida.

Só mais uma nota: o director do «Correio da Manhã» garantiu recentemente (como recorda o «PH» — que pelos vistos só tem fósforo no título) nada ter a ver com o conde de Caria; pois bem, volta a garanti-lo. Mais: nada tem a ver com aquele ou qualquer outro capitalista, como nada tem a ver com o «Politburo» soviético («O Diário»), com o erário público português («Diário Popular») ou com a Internacional Socialista («Portugal Hoje»). Ponto final.

V. D.



Jornalistas do «Correio da Manhã» respondem ao «Portugal Hoje»

CM 17.12.79

A propósito do tema glosado pelo nosso director no «Bilhete Postal», os redactores presentes no dia 16.XII.79, alguns deles com mais de 20 anos de profissão, entenderam por bem escrever o seguinte:

O «Portugal Hoje» do senhor João Gomes, militante do Partido Socialista, secretário de Estado que foi da Comunicação Social, que nada fez pelos seus «camaradas» de profissão, insurge-se contra o que considera «uma escandalosa intromissão do poder económico no sector da Comunicação Social».

Nesse saco, o senhor João Gomes inclui «Correio da Manhã». O mínimo que se pode dizer é que João Gomes confunde os dados.

Ao contrário de «Correio da Manhã» — onde, tal como o director, nenhum

dos jornalistas conhece o sr. conde de Caria, nem algum dos «outros capitalistas promotores» — o «Portugal Hoje» é um jornal onde os que ali trabalham (será que todos merecem o título de jornalistas?) conhecem muito bem o dr. Mário Soares, embora possam não ter a certeza de onde vem o dinheiro que sustenta um diário que poucos compram e onde ainda menos anunciam.

Os objectivos de «Correio da Manhã» não são, sr. João Gomes, «politicamente inconfessáveis». O nosso jornal não serve nenhum secretário-geral de nenhum partido. Nessa nossa atitude incluímos o dr. Mário Soares, facto que talvez lhe doa. Não é nosso o problema. Não somos nós quem manipula a opinião e, por isso, não dependemos, nem pretendemos, formar

«Yes men». Principalmente nesta «época conturbada de eleições».

Quanto aos «privilégios perdidos», os Jornalistas de «Correio da Manhã» têm a dizer ao sr. João Gomes que nunca ocuparam lugares de ministro, secretário de Estado, de director ou gestor de empresas estatizadas. Isto porque preservam a dignidade da sua profissão.

Pelo contrário, alguns deles foram, em a «Luta» ou o «Século» vítimas da pureza de processos claramente democráticos e justos que proporcionaram ao PS o abandono de quem cometeu o erro de nele acreditar e cedo viu que tinha sido enganado.

E é tudo! O povo português escolhe nas urnas com a autoridade que um partido democrático, como o PS se afirma, não

pode deixar de reconhecer. Do mesmo modo os leitores e anunciantes têm o direito de escolher um jornal que, como nós, não faz fretes. Por muito que isso ponha em causa os cursos que o sr. João Gomes tirou em França e que lhe não permitem fazer um jornal senão à sombra de um partido, onde, democraticamente, claro, milita.

Agostinho de Azevedo; Mário Contumélias; José Luís Macedo; António Duarte; Paulo Luís de Castro; José Luís Feroalha; Manuela Tereza; Luís Magalhães; Fernando Petronilho; José Ramos e Ramos; Jorge Passarinho; Luís Filipe Sarmento; Salvador Ribeiro; Fernando Fernandes; João de Almeida; Jorge Botelho Moniz; Luís Garrido Costa; Celso Matos; Carlos Figueiredo; Lobo Pimentel Jr.

Fundação Cuidar o Futuro



Porquê a histeria colectiva no «Correio da Manhã»?

18 de Dezembro de 1979 / PortugalHOJE

No estilo baixo e rufia que o caracteriza desde a primeira hora, o «Correio da Manhã» acordou ontem em estado de histeria colectiva contra este jornal.

Cometemos o «crime» de levantar a ponta de um imenso véu destinado a ocultar as raízes que prendem o jornal do senhor Vitor Direito às forças do capital neste País e que por isso o fazem presa da orientação que tem seguido, da linguagem que usa (e abusa), do estilo inconfundível que adopta na arte de alienar o Povo.

Tivemos a coragem de trazer a público o teor de uma carticircular a correr entre industriais, na qual se desenvolve uma cabala miserável destinada a «subsidiar» e «apoiar» (leia-se comprar e domesticar) cinco jornais diários, entre os

qual se encontra o «Correio da Manhã». Não aconteceu assim, porém. O recado foi passado contra «Portugal Hoje». E — temos de convir — impecavelmente cumprido. O mimo das palavras, a brutalidade dos sentimentos, o cúmulo da arrogância dificilmente poderiam ser excedidos. Ficamos serenos, nada excitados. Apenas curamos de atentar nas razões desta surpreendente e até agradável (porque não confessá-lo) escolha. Fomos treinados na luta do passado contra o regime fascista e os seus agentes. Pertencemos ao número daqueles que jamais aceitaram pactuar com quantos tudo fizeram para perpetuar o regime de Salazar e Caetano e agora não desarmam enquanto não conseguirem (o

que, estamos certos, não acontecerá) implantar uma democracia de fachada bem propícia à defesa dos seus interesses e à exploração.

Nessa perspectiva compreendemos. Até porque o ataque soez, revelador de quem não tem argumentos nem razão, contradiz o triunfalismo, a propaganda e a autopromoção com que se pretendeu enropear aqueles tristes nacos de prosa. Os pretensos «grandes» não costumam ocupar-se dos fracos, dos que pouco valem. Que misteriosa encomenda terá justificado a honra de nos transformar em alvo? Que secreta força explica o ódio esvaziado naquela centena e meia de linhas contra este novel jornal? Porquê tão grande diferença no tratamento entre «Portugal Hoje» e o «Diário Popular»?

Por mais que pensemos não conseguimos afastar a motivação que fez mexer tão espantosos cordelinhos; a nota íntima, o elemento psicológico, a razão interior.

A má consciência do viracasaças deve ter, pelos vistos, muita força. Como muita força deve exercer o sentimento de traição daqueles que ao longo de anos cultivaram uma imagem de esquerda, em jornais de esquerda, quando, no fundo, não cessavam de alimentar as suas profundas raízes de direita. Honra, no menos, àqueles que mantêm jamais terem acreditado no «esquerdismo» de certos oportunistas, nas enganosas roupagens de certos vendilhões.

Os que foram testemunhas directas de frases saídas da boca de certos agentes da informação (queima-nos a mão escrever a

palavra jornalista) segundo os quais, porque lhes não foram atribuídas determinadas possibilidades, «se iam vender à direita» (sic) que estranheza podem experimentar ao ver os seus nomes sob textos insultuosos e lufamantes? O mesmo não acontece, para fazer com franqueza, de outros muito poucos profissionais que ao longo de muitos anos nos habituamos a tratar com respeito e admiração.

Este é, por infelicidade, um triste sinal da degradação a que foi conduzida uma porção da classe. Lamentável mas patente realidade.

Por nós permanecemos serenos e determinados. É neste espírito que vamos prosseguir, indiferentes aos ataques, às calúnias, à difamação. O público saberá julgar.

Trabalho e sindicalismo

O FUTURO DO SINDICALISMO PS

Mário Soares. posto em causa

O recente insucesso eleitoral do PS poderá, ou não, transformar-se num verdadeiro apocalipse. Duas hipóteses se põem: ou o ressurgimento, ou um destino análogo ao do Partido Socialista Italiano, hoje por hoje de reduzida importância no panorama político do seu país. Tudo depende da disposição de certos dirigentes do partido para «arrepriarem caminho», isto é, para apresentarem propostas concretas — e não meros apelos à prossecução de objectivos vagos, devidos a uma insuficiente assimilação do marxismo e apoiando-se em palavras gastas, como «democracia» e «liberdade» — susceptíveis de serem postas em prática nos diversos sectores da vida nacional.

Esta, a opinião de sindicalistas do partido, a trabalhar na UGT, que se espantaram com a «novidade» que representará uma presumível proposta, na reunião da Comissão Nacional do próximo dia 22, de uma política de Trabalho distinta das defendidas por Maldonado Gonetha e Marcelo Curto.

«Sabemos existir, no interior do

PS, uma corrente que, por várias vezes, tem tentado pôr a prémio a cabeça do actual responsável pelo sindicalismo e comissões de trabalhadores, procurando, ao mesmo tempo, demitir o secretário-geral da UGT o nosso camarada Torres Couto» — asseveraram-nos.

E explicaram:

«O facto não constitui novidade. Realmente, durante o último congresso do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), Manuel Alegre, por exemplo, não se cobriu de chamar a Torres Couto «reaccionário ao serviço do patronato», procurando dificultar, por todos os meios ao seu alcance, a admissão da UGT na Confederação Europeia de Sindicatos Livres (CISL).»

«Simultaneamente, servindo-se de um amigo alemão a residir em Lisboa, um outro secretário nacional do PS tentou atingir idêntica meta, o que, aos nossos olhos constituiu uma traição». O próprio secretário-geral da UGT espanhola, segundo viemos, depois, a apurar, foi contactado para o efeito.»

«A resposta a tais manobras, demo-la, ao entrar na CISL, por unanimidade e por proposta dos nossos amigos de Espanha, entre os quais se conta o mencionado líder da nossa congénere espanhola, Nicolas Redondo, e ao combinar com aquela organização sindical uma estratégia conjunta, a nível peninsular. Estratégia, que também tem a ver com a CGT grega e se destina, entre outras coisas, a precaver a provável admissão de Portugal na CEE. Aliás, como já veio a público, as três centrais efectuarão uma cimeira, em Lisboa, no próximo mês de Janeiro.»

«Acresce, ainda, que o processo de calúnias desenvolvido por certos indivíduos a quem nos repugna chamar sindicalistas foi acompanhado por uma tentativa de desestabilização da UGT, a nível nacional, pela promoção — aliás, destinada ao fracasso — de conflitos no seio da UGT.»

«Circunstância por que provamos pretenderem esses maus militantes do PS promover a desagregação da UGT, para voltarem a colaborar «tacticamente» com a Intersindical.»

«MARCELISMO» SEM MARCELO CURTO

Certos sindicalistas põem em dúvida, inclusive, se determinados dirigentes do PS não serão «pontas-de-lança», no partido, do PC, a julgar pelo que tem sido a sua acção.

«O único sector em que a política socialista se encontra bem definida é, precisamente, o do Trabalho. Que pretendem, pois, esses senhores» — desabafou, em conversa connosco, um elemento da UGT.

Para acrescentar, sem seguida:

«Aos meus olhos, apresenta-se evidente a circunstância de a «terceira via» ora anunciada se resumir a mais uma tentativa para apelar Maldonado Gonetha do pelouro do sindicalismo. Apenas isso. Para fazerem adoptar o «Marcelismo», os marcelistas não se recusam, sequer, a prescindir, em público, de Marcelo Curto. Mas não enganam ninguém.»

«Eis como um grupo minoritário, antidemocrático, quer impor, oportunisticamente, aquilo que, ainda no úl-

timo congresso, os militantes do PS rejeitaram, com toda a clareza.»

«Note-se que os «marcelistas» são dos principais responsáveis pela nossa derrota nas eleições. De facto, ao pugnam por um esquerdismo sem rei nem roque, precipitaram parte do eleitorado socialista para os braços da APU.»

«Todavia, não querem ficar por aí. Aproveitando a impunidade que lhes tem sido propiciada, desejam completar a sua obra. E competirá a todos os verdadeiros socialistas, unidos em redor do seu secretário-geral, Mário Soares, impedir que tal aconteça.»

«Porque, não tenhamos dúvidas, é o próprio Mário Soares, que sempre apoiou a UGT, a primeira a ser posto em causa.»

«O OPORTUNISMO É UM PAU DE DOIS BICOS»

Entretanto, segundo «Tempo» apurou, nos meandros da tendência

socialista decorre um processo de cooptação de quadros sindicais menos experimentados para a defesa das posições já antes expressas por Marcelo Curto, Manuel Alegre, Jaime Gama e António Reis.

Promessas de futuras lideranças e de cargos diversos, incluindo o de secretário-geral da UGT, andam no ar, entusiasmando «alguns ambiciosos», como ouvimos dizer, e não têm sido feitas apenas a sindicalistas. Esperam os «marcelistas» que «a maioria se encolha», deixando que levem por diante os seus designios. Garantem-nos, porém, que tal não ocorrerá: «O oportunismo é um pau de dois bicos», comentava, há dias, um activista do PS, referindo-se a semelhantes esforços.

É isto que pensam alguns dos principais elementos socialistas nos sindicatos e não julgamos que hajam sido pagos para emitirem a sua opinião. Que atente nesta realidade um conhecido dirigente do PS.

MÁRIO PINTO

AO «TEMPO»:

«T» — Referimos, já pouco, Maldonado Gonetha, cuja «cabeça» — passe o termo — está, neste momento, a ser pedida no PS. Além do mais, acusam-no de ter feito aquele partido seguir uma política de Trabalho errada. Ora, eu queria pedir-lhe, justamente, que se referísse a essa política, adoptada pelos socialistas de há mais de um ano a esta parte.

M.P. — Não conheço bem (e, por isso, não posso pronunciar-me sobre elas), as várias sensibilidades, tendências, opiniões ou, como se lhe queira chamar, que dentro do PS, existam em questões sindicais e do trabalho. E de resto, não gostaria de me intrometer na intimidade do PS.

Posso, porém, dizer, como observador interessado, e suponho que posso provar o que digo, que antes de Maldonado Gonetha nunca o PS teve uma política coerentemente definida e persistentemente executada, no âmbito dos problemas sindicais e do trabalho.

Aliás, só assim se explica que esse partido, vitorioso nas eleições de 1975 e de 1976, não tivesse expressão sindical correspondente, na altura. E que, agora, ainda sofra as consequências de tal facto.

Não foi, pois, Maldonado Gonetha o responsável por esse «erro histórico», como alguém, muito apropriadamente, lhe chamou já. Lembremo-nos que foi preciso que, em momentos graves, como o da lei da unicidade sindical, homens como Salgado Zenha viessem salvar o PS do abismo»

(...)

V.S.

